



MUNICÍPIO DE AVEIRO
Assembleia Municipal

ACTA N.º 27

Sessão Ordinária Abril

1.º Reunião em 01/04/2019

No dia um do mês de Abril do ano dois mil e dezanove, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, no edifício sede, sito na Avenida Lourenço Peixinho, presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal, Luís Manuel Souto de Miranda, secretariado pelas Primeiro Secretário Maria Arminda Rodrigues de Sousa Correia e Segunda Secretário Daniela Marisa Pereira de Magalhães, e com a presença dos Vogais, Joana Filipa Ramos Lopes, Filipe Nuno Pereira Fernandes Tomaz, Manuel José Prior Pedreira das Neves, Casimiro Simões Calafate, Maria da Glória Oliveira Gomes Neto Leite, Francisco José da Silva Ferreira, Bruno Miguel Ribeiro Costa, Catarina Marques da Rocha Barreto, Nelson Alexandre Dias dos Santos, Ângela Maria Bento Rodrigues Nunes Saraiva de Almeida, Firmino Marques Ferreira, Henrique da Rocha Vieira, Victor Manuel Marques de Oliveira, Fernando Tavares Marques, Jorge Manuel Henriques de Medeiros Greno, Rogério António Gonçalves Cachide, Ana Cláudia Pinto Oliveira, Fernando Sérgio Ferreira Carvalho, Antero Marques dos Santos, Joaquim Albertino Simões de Oliveira, Carlos Francisco da Cunha Picado, Ana Maria Pinho de Seíça Neves Ferreira, Raúl Ventura Martins, Jorge Miguel da Rocha Gonçalves, Marília Fernanda Correia Martins, Pedro Machado Pires da Rosa, Fernando Manuel Martins Nogueira, Sara Sandra Resende Tavares, António Augusto Cruz de Aguiar, João Carlos Rodrigues Morgado, Eduardo Gonçalves Silva Antunes, João Moniz Laranjeira Silva, Filipe Seíça Neves Barbado Guerra, e Rui Carlos Neves Medeiros Alvarenga.⁰⁰¹

Pelas 20:30 horas, o Presidente da Mesa declarou aberta a reunião.

Nesta reunião não houve deputados a faltarem.

Por parte da Câmara Municipal estavam presentes, o Presidente da Câmara, José Agostinho Ribau Esteves, Vice-Presidente Jorge Manuel Mengo Ratola (chegou às 22 horas) e os Vereadores, Ana Rita Félix de Carvalho, Luís Miguel Capão Filipe, Maria do Rosário Lopes Carvalho, João Filipe Andrade Machado, Manuel Oliveira de Sousa, e Joana Fonseca Valente.

Faltou nesta reunião da Sessão o Vereador João Francisco Carvalho de Sousa.

Seguidamente, nos termos do artigo 78.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro, o Presidente da Mesa deu conhecimento ao plenário da substituição nesta Sessão dos vogais, João Carlos Jerónimo Monteiro de Barros, Maria Inês Sequeira de Bastos Abreu, Carlos Mário Magalhães Anileiro, Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, Nuno Manuel Marques Pereira, Virgínia Maria Melo Matos, e Rita Alexandra Monteiro Batista, pelos sucedâneos nas listas de candidatura, respectivamente, Bruno Miguel Ribeiro Costa, Rogério António Gonçalves Cachide, Ana Cláudia Pinto Oliveira, Joaquim Albertino Simões de Oliveira, Jorge Miguel da Rocha Gonçalves, Eduardo Gonçalves Silva Antunes e João Moniz Laranjeira Silva.⁰⁰³

Os sucedâneos nas listas de candidatura, Ernesto Carlos Rodrigues de Barros, António Alberto Rodrigues Santos Ferreira Neto, e Andreia Patricia Pereira da Fonseca, pediram escusa.

Não houve substituição de Presidentes de Junta nesta reunião da sessão.

Foram efetuados os reconhecimentos de poderes.

Continuando, o Presidente da Mesa informou que ia colocar à votação do plenário as actas da Sessão anterior, em tempo distribuídas por todos os membros da Assembleia. De acordo com o previsto no n.º 3 do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo não participam na votação os deputados municipais que não estiveram presentes.

Acta n.º 24 – Sessão Ordinária Fevereiro – 1.ª reunião da sessão realizada em 22-02-2019:
- Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por unanimidade.⁰⁰⁴

Não votaram, por não terem estado presentes os deputados municipais e/ou os respectivos sucedâneos, Maria da Gloria Oliveira Gomes Neto Leite, Joao Carlos Jerónimo Monteiro de Barros, Carlos Mário Magalhães Anileiro, Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, Carlos Francisco da Cunha Picado, Nuno Manuel Marques Pereira, Marília Fernanda Correia Martins, Virgínia Maria Melo Matos, Rita Alexandra Monteiro Batista, e Rui Carlos Medeiros Alvarenga, e os Presidentes de Junta Henrique da Rocha Vieira, Victor Manuel Marques de Oliveira, e João Carlos Rodrigues Morgado.

Acta n.º 25 – Sessão Ordinária Fevereiro – 2.ª reunião da sessão realizada em 01-03-2019:
- Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por unanimidade.⁰⁰⁴

Não votaram, por não terem estado presentes nesta reunião da sessão, a Segunda Secretária Daniela Marisa Pereira de Magalhães, os deputados municipais e/ou os respectivos sucedâneos, Maria da Gloria Oliveira Gomes Neto Leite, Joao Carlos Jerónimo Monteiro de Barros, Carlos Francisco da Cunha Picado, Raúl Ventura Martins, Nuno Manuel Marques Pereira, Virgínia Maria Melo Matos, e Rita Alexandra Monteiro Batista, e os Presidentes de Junta Catarina Marques da Rocha Barreto, Henrique da Rocha Vieira, e Antero Marques dos Santos.

Acta n.º 26 – Sessão Ordinária Fevereiro – 3.ª reunião da sessão realizada em 08-03-2019:
- Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por unanimidade.⁰⁰⁴

Não votaram, por não terem estado presentes nesta reunião da sessão, os deputados municipais e/ou os respectivos sucedâneos, Joana Filipa Ramos Lopes, Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, Carlos Francisco da Cunha Picado, Ana Maria Pinho seíça Neves Ferreira, Virgínia Maria Melo Matos, Rita Alexandra Monteiro Batista, e Filipe Seíça Neves Barbado Guerra, e os Presidentes de Junta Catarina Marques da Rocha Barreto, Nelson Alexandre Dias dos Santos, Ângela Maria Bento Nunes Saraiva de Almeida, Henrique da Rocha Vieira, Antero Marques dos Santos, e João Carlos Rodrigues Morgado.

Continuando o Presidente da Mesa da Assembleia, leu a “Ordem-do-Dia” constante da convocatória para esta Sessão Ordinária de Abril, cujos pontos se transcrevem:

Ponto 1 - Apreciação e votação do Processo de Descentralização / Transferência de Competências 2019:

- a) - Área da Proteção e Saúde Animal;
- b) - Área da Cultura;
- c) -Área da Educação (competências intermunicipais);
- d) -Área da Saúde (competências intermunicipais).

Ponto 2 – Informação sobre a Atividade Municipal de 19FEV19 a 25MAR19;

Ponto 3 - Apreciação e votação do Relatório de Gestão, Prestação de Contas, Balanço Social e Inventário de Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais e respetiva avaliação, de 2018, da Câmara Municipal de Aveiro;

Ponto 4 - Apreciação do Relatório de Gestão e Prestação de Contas de 2018 da Aveiro-Expo – Parque de Exposições de Aveiro, E.M.

Ponto 5 - Apreciação e votação de três Propostas de Recomendação e um voto de saudação, apresentado pelo BE:

- a) -Inclusão de análise à presença de Glifosato na água destinada ao consumo humano (abastecimento de água);
- b) -Por Aveiro, um município sem Glifosato nos espaços públicos;
- c) -Medidas de proteção das populações de abelhas e criação de apiários comunitários;
- d) -Voto de saudação à greve climática estudantil.

(As intervenções, nos termos regimentais, tem como suporte gravação áudio.)

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

O Presidente da Mesa informou da presença no plenário de um munícipe inscrito que deseja intervir no período regimental de intervenção do público, dando-lhe de seguida a palavra.

Munícipe Rui Igreja - MUBi⁰⁰⁶

Assunto: Sobre o projecto da Autarquia para o estacionamento subterrâneo no Rossio.

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁰⁸

"Boa noite a todos. Rui, enfim, já temos umas horas de discussão sobre esta matéria. O Rui também integra o Movimento Juntos pelo Rossio na Plataforma A4. Já reunimos algumas horas e portanto conhecemos as posições uns dos outros. E o Rui apenas veio aqui reiterar as suas posições, obviamente respeitáveis, mas que nós discordamos completamente. Deixar-lhe apenas nota daquilo que já sabe.

Tudo o que aqui ouvi já conhecia. E o que vai ouvir de mim também já conhece. Já ouviu em reuniões próximas e sem limite de tempo onde estivemos a falar longamente.

Dar-lhe nota que todos os projectos PEDUCA incluindo este cumprem todas as nossas obrigações, cumprem todas as nossas deliberações. O compromisso que temos no pacto dos autarcas

Presidente da Mesa⁰⁰⁹

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Terminados os esclarecimentos, o Presidente da Mesa deu início⁰²⁴ ao Período Regimental de Antes da *Ordem-do-Dia*, solicitando aos Grupos Municipais que indicassem quais os vogais que iam intervir neste ponto.

Membros da Assembleia

Vogal Filipe Guerra (PCP) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰¹⁰

"Exmo. Senhor Presidente, Senhores deputados, eu não tinha intenção de intervir neste ponto. Mas, atendendo àquilo que foi, portanto, aquilo que foi a intervenção do cidadão Rui Igreja da MUBI, a propósito daquilo que ele disse no período aberto ao público, gostaria de dizer o seguinte, não sendo rigorosamente novidade para ninguém aquilo que vou dizer.

Primeiro saudar a participação do cidadão e aquilo que tem sido o trabalho meritório do movimento de cidadãos que faz parte e de outras plataformas cívicas que se tem vindo a criar a propósito das questões levantadas. Nós, Partido Comunista Português, partilhamos globalmente aquilo que são as preocupações expressas pelo município em relação àquilo que é o desenvolvimento do território e em relação àquilo que são as preocupações das redes viárias e o uso dos transportes. E, de facto, corroboramos aquilo que foi aqui dito."

Vogal Eduardo Antunes (BE)⁰¹¹

Vogal João Moniz (BE)⁰¹²

Vogal Jorge Greno (CDS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰¹³

"Obrigado Senhor Presidente. Boa noite a todos. Umas breves palavras sobre este novo modelo de passes sociais, aplicáveis também ao Governo que devem ter ido comer uns choquinhos a Setúbal, de comboio. Esperemos que amanhã em que já é dia da verdade repitam o passeio e que não o façam apenas no dia das mentiras.

Relativamente a este assunto, nós entendemos é que e da maneira como foi tratado é um factor de discriminação entre os portugueses.

Vejamos o caso comparativo de alguém de Setúbal, que por 40 euros por mês, pode ir para Lisboa todos os dias trabalhar e vice-versa. Podem passar os fins de semana em Sintra ou Cascais, deslocar-se a uns 70, 80, 90 quilómetros, por 40 euros por mês.

Nós em Aveiro não podemos fazer isso. Porque quer o Porto quer Coimbra, que são as cidades mais próximas, são de outras áreas metropolitanas ou de NUTsIII distintas. E, portanto, não temos o direito de fazer o mesmo, pelo mesmo preço. Somos discriminados.

Mais. Quem de Aveiro se desloca para o Porto, por exemplo, corre o risco de passar a viajar com menos conforto. Porque prevendo-se que possa haver mais afluência ao transporte público, pagamos mais para ter menos conforto. Porque os tais comboios que irão aumentar a oferta, já ouvimos várias vezes dizer que só viram lá para 2022. E rezamos para que os que estão em funcionamento não avariem entretanto. Coisa que ninguém pode garantir pelo historial recente da CP em que caiu à linha o motor da carruagem.

O que nós julgávamos que seria justo numa medida deste género era num raio com base na residência de cada cidadão, poder deslocar-se, por um determinado preço. Isso sim

seria uma medida justa, igual para todos, e não beneficiaria apenas a capital ou curiosamente onde há mais votantes num período pré-eleitoral. Disse."

Vogal Fernando Nogueira (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰¹⁴

"Boa noite a todos. Saudar também a intervenção do cidadão Rui Igreja. Dizer que já se conhece tudo o que já sabemos, em que posição estamos, é um pouco verdade, mas há aqui duas coisas. Uma é a sistematização e não parece nada indiferente aquele pedido do relatório do processo de participação. A ideia de que a participação é uma participação causa de um email, quando houve imensas intervenções em diversos meios e desvalorizar isso não me parece bem.

Não é só pela memória do processo. Isso significa aquilo que são vontades expressas relativamente ao assunto.

Também são conhecidas as posições e não quero tomar-vos muito tempo com isto. Mas claramente, a ideia do cumprir, não vamos contrariar nenhum projecto, nenhum, objectivo, não sabemos se é assim porque alguns instrumentos não estão no terreno. Mas estamos de acordo com muitas coisas que foram ditas relativamente aos modelos usados para fazer o estudo, mas acima de tudo, acompanhamos a ideia de que há aqui um modelo passadista. Isto é o modelo da "Gabriela". Eu nasci assim, eu cresci assim, vou ser sempre assim, é assim que eu sou.

E a ideia de não olharmos para o futuro com alguma benevolência, o que está aqui em causa é continuar a olhar para o futuro, com distância ao passado. Aliás, o discurso que nos é apresentado é um discurso de subdesenvolvimento e falta de investimento em infraestruturas nos últimos 20 anos. Essa é que é a verdade.

Vamos neste momento acertar o passo com o passado. Mas acertar o passo com o futuro era o que se impunha aqui. E não é apenas do Rossio que estamos a afalar. É do modelo de Cidade. E já sabemos, não sei, se calhar temos que concordar em discordar, que o modelo de Cidade que nós queremos o que nós vemos, é completamente diferente. E o modelo que está aqui é o modelo que tão depressa faz a bandeira do Steam City e depois nos atira para os estacionamento dos anos setenta, de uma forma e lógica completamente contraditória. E obviamente, com todo o respeito, esta é a completa visão ao contrário do que é olhar para o futuro e ter uma Cidade como deve ser Aveiro. Uma Cidade que com 80 mil habitantes teria que ter todas as condições para ser alguma coisa, para ser um bastião, onde se dá o exemplo e se faz exactamente o contrário.

A reacção quanto à questão dos transportes é curioso. Porque nós temos na mão a possibilidade de usar o PIMTRA o plano intermunicipal e de usar a capacidade que temos como CIM e de inclusivamente estarmos representados na Associação de Municípios ao mais alto nível, e é engraçado que se venha aqui com este discurso da justiça e da injustiça, quando temos um sistema de transportes intermunicipal completamente espartilhado.

Por isso acho que há boas razões para olhar para as coisas com olhos e com serenidade, se calhar se não com mais profundidade relativamente à forma como se fazem as críticas e forma como se avaliam as justiças ou injustiças, com base em discursos que são facilitistas, da viagem do dia-a-dia ou até mesmo populistas, como a viagem de hoje e de amanhã.

Era como se puséssemos um autocarro eléctrico em Aveiro e fizéssemos a inauguração e agora todos os dias tínhamos que o usar para provar que era válido. Francamente!"

Vogal Raúl Martins (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[015](#)

"Obrigado Senhor Presidente. Trago aqui um assunto diferente que é o seguinte. Vive-se na Venezuela uma tragédia a que não podemos ficar indiferentes. Neste momento vive-se um momento de pré-guerra civil que já está a mobilizar compulsivamente jovens a partir dos 14 anos, rapazes ou raparigas. E do que eu reconheço do passado recente em países deste tipo culmina com de não passarem a ser membros do Exército, mas de constituírem verdadeiros escudos humanos face a acontecimentos que podem surgir.

A coisa é tão simples como isto, vão à escola e levam-nos. Perante isto, há muitos portugueses e nomeadamente da região de Aveiro, que ainda estão lá, porque tudo o que conseguiram construir numa vida de trabalho está lá e portanto não querem sair, mas que têm filhos nestas idades.

E portanto estão a tentar por todos os meios que os filhos abandonem o país. Com muitas dificuldades, sem os apoios que deveriam ter, etc.

Aveiro não é uma Câmara normal. É uma Câmara que é sede de um distrito. Um distrito em que muita da riqueza foi construída na Venezuela por muitos emigrantes e devia dar o exemplo.

Dar o exemplo, nomeadamente e penso que será possível sem grandes gastos, de criar um gabinete de apoio, de atendimento a todos esses pobres infelizes que para ai vêm, alguns deles sozinhos. Alguns deles sem família cá que os possam receber com dignidade.

E aquilo apoio mais simples é escola, para continuarem a estudar, arranjar lugares nessas escolas conseguir acesso à saúde, médico de família e até nalguns casos, prestar apoio às famílias de acolhimento. Mesmo que esse apoio implique a atribuição d alguns subsídios em dinheiro a essas famílias que vão receber essas crianças transformadas em pequenos soldados numa guerra que nem sequer eles compreendem.

Porque os apoios são poucos e eles são portugueses. São nascidos na Venezuela mas têm dupla nacionalidade, mas não sendo portugueses nascidos cá não tem os apoios de cá. Seria bom que nós e o município de Aveiro dessemos esse apoio. Estudássemos esta questão e criar um gabinete para acompanhar estes casos. Disse."

Vogal Sara Tavares (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[016](#)

"Boa noite. Eu sei que terá lugar amanhã a sessão de apresentação do plano estratégico para a Cultura. E como tal vinha propor, fazer uma sugestão, se está contemplado ou não, porque até poderá estar, um programa de dinamização de espaços culturais nas várias juntas. Cada junta tem vários espaços que sem sempre são utilizados, mas que tem capacidade de receber eventos culturais. Por isso eu achava que a programação devia contemplar a dinamização desses espaços e levar a todas as freguesias a cultura e também dar uso a esses espaços que muitas das vezes não estão muito usados e degradam-se com o pouco uso."

Vogal Joaquim Simões (PS)[017](#)

Presidente da Mesa[018](#)

Vogal Casimiro Calafate (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[019](#)

"Obrigado Senhor Presidente. Primeiro saudar a mesa. Depois queria solidarizar-me com o deputado Raúl Martins, relativamente ao que se está a passar na República Socialista da

Venezuela. O que está a acontecer lá, a história diz-nos que já aconteceu noutros sítios com a mesma ideologia.

Mas o assunto que me traz aqui dizer o seguinte. Foram iniciadas hoje novas medidas de mobilidade com implementação de novo tarifário, sobretudo para as áreas metropolitanas de Lisboa e Porto. Mas com muito menor impacto no resto do país. E eu queria aqui chamar a atenção do seguinte. É lamentável, que no resto do país e devido à dispersão do território e à menor quantidade de população não tenham sido consideradas medidas compensatórias nestes territórios. Concretamente em Aveiro, não tenha sido considerada uma medida reivindicada há muitos anos por Aveiro, como sejam a retirada das portagens da Scut da A25 e A17. Era uma forma de resolver o esbulho que fizeram e continuam a fazer aos cidadãos da região e especial aos cidadãos do município de Aveiro. É verdade que ao longo do tempo algumas forças políticas apresentaram aqui moções de recomendação para que esta situação fosse resolvida a nível governamental, mas que depois deste processo todo esqueceram. Afinal é tudo fogo-de-vista.

Portanto Senhor Presidente de Câmara, é fundamental que mantenha e reforce a exigência de eliminar as portagens da A25 e A17 na circular de Aveiro, sobretudo para que nós possamos ter também alguns direitos, que outros têm demais. Obrigado."

Vogal Francisco Picado (PS) — Nos termos do artigo 31.º do Regimento:[020](#)

"Senhor Presidente, a medida relativamente aos passes é uma medida que visa fomentar o incremento do uso do transporte público. Penso que seja uma questão claríssima como a água. Só não entende quem não quer."

Vogal Raúl Martins (PS) — Nos termos do artigo 34.º do Regimento:[021](#)

"Senhor Presidente defesa da honra. Senhor Presidente, apenas para dizer que aquilo que está a acontecer na Venezuela aconteceu noutros países, nomeadamente na Síria, nomeadamente no Iraque, onde não tem Repúblicas socialista à frente. Neste caso da Venezuela não são socialistas, são comunistas:"

Vogal Filipe Tomaz (PPD/PSD)[022](#)

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[023](#)

"Boa noite a todos. Neste período de antes da ordem do dia vou falar sobre transportes. A bancada do PSD nesta Assembleia Municipal é favorável e aplaude a iniciativa governamental de apoio ao uso dos transportes públicos e de apoio financeiro ao seu uso e custo.

Mas sobre este assunto gostávamos de colocar algumas questões ao Sr. Presidente da Câmara e que não estando aqui como Presidente da CIRA, mas tendo conhecimento do assunto, gostávamos que nos esclarecer as mesmas

É possível financeiramente aplicar em Aveiro o passe familiar?

Mais importante, com outra escala. No âmbito da CIRA é possível uma família de Aguiçã, Concelho de Anadia, em que o Pai trabalha no Porto de Aveiro, a mãe trabalha na Zona Industrial de Estarreja, têm dois filhos na Universidade de Aveiro, é possível cada um, já hoje dia um de Abril comprar para cada um passe de 40€?

E brevemente é possível financeiramente os 4 comprarem um passe familiar por 80€ para toda a família?

Outra questão e gostava que o Senhor Presidente me corrigisse, se fosse caso disso neste assunto. Que é o pagamento repartido entre governo e as Câmaras. Em 2019 as Câmaras pagam 10%. Em 2020 as Câmaras pagam 15 %.

A partir de 2020 sobre este assunto do apoio participado entre o governo e as Câmaras, nada está definido. A partir de 2020 como vai ser Senhor Presidente.

Para Lisboa o executivo dá 27€ por cidadão. Em Trás-os-Montes dá 1,5€ por cidadão. E em Aveiro, quanto vale um cidadão Aveirense nestas contas.

Falando ainda de transportes. Gostava de saber se já há novidades sobre a requalificação da N235 entre Aveiro e Mamodeiro e sobre a requalificação da estrada São Jacinto/Torreira. Lembro que são no concelho de Aveiro as únicas vias da responsabilidade governamental e que apresentam graves problemas de segurança para quem as utiliza. E quando falamos de transportes e do uso de transportes não nos podemos esquecer nunca destes dois maus exemplos."

Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰²⁴

"Senhor Presidente, muito obrigado. Vou pegar aqui em duas ou três questões. Uma delas com questões que se mistura muito com decisões do governo, enfim, vou-lhe pegar da melhor maneira no quadro dos princípios que temos vindo a seguir. João Moniz, eu não quero que fiquemos com verdades diferentes em relação ao processo. A verdade é só uma. O processo foi arquivado no sentido de que não houve resposta e o despacho de arquivamento? Não. O processo tem uma resposta. O que é que nós dizemos quando somos os visados das queixas e o Bloco de Esquerda é um dos partidos mais queixinhas do país. Não sei se têm lá essa estatística lá no bloco. Eu posso-lha facultar. A lógica é das duas, uma. A queixa dá azo a coisa nenhuma, portanto, a comissão nacional de eleições considera absolutamente infundada e fica por aqui. Segundo, que foi o caso, a CNE entende por bem suscitar recomendações, que é o caso. E estas são as situações em que nós normalmente dizemos foi arquivado. Porque nada de relevante aconteceu.

E depois há a terceira e a quarta. Que é no âmbito da CNE a abertura de processos de contra ordenação. Quando a análise à queixa é-lhe dada razão e a CNE abre um processo de contra-ordenação para multar ao sancionante financeiro.

Quando as questões são mais graves à participação ao Ministério Público. Portanto este é o quadro base normal. Nós normalmente os visados quando não há nada é arquivamento sem recomendação ou quando há recomendações com o nível de superficialidade como aquela que eu recebi nesse caso, nós chamamos a isto arquivamento no sentido em que não dá nem processo de contra ordenação nem uma multa financeira para pagar, nem processo de Mistério Publico. Obviamente nas situações mais graves. Foi só isto, só para estarmos em linha todos. Aliás, recebi ainda há pouco tempo uma outra queixa da Entidade Reguladora da Comunicação Social, em que acaba também a fazer umas sugestões. Tomo boa nota das sugestões e sigo-as se bem entender.

É bom, nós termos consciência do que é a CNE. Não sei se os Senhores têm consciência. Eu próprio, foi-me consciencializando melhor, quando na semana passada lá passei três horas em reunião. Três horas! Além de ter sido relevante que dos 10 membros que a CNE tem faltaram 4. Outros 4 não abriram a boca. E o 9º e o 10º sim, falaram bastante. Um deles o representante do PSD, de todos de facto a pessoa com mais categoria que a Comissão tem. O único que votou contra esta nota da influência dos autarcas sobre as eleições ao Parlamento Europeu. Que é uma peça de artilharia do mais notável que todos nós já lemos. É o Secretário da Comissão, que é um camarada comunista do Filipe, enfim, um bocado baralhado nos conceitos, porque confessou, porque foi uma reunião excelente, que de facto a CNE não tinha usado dos melhores exemplos por se ter referenciado aos

exemplos dos autarcas, porque não encontraram jurisprudência do Tribunal Constitucional com referencia a outros órgãos de soberania do país. O que é de facto uma coisa extraordinária.

Mas pronto, foi uma belíssima reunião. Com boas conclusões. Mas estivemos lá três horas. Portanto eu conheço bem a CNE, ok. São seis pessoas que representam seis partidos políticos. Três pessoas da administração pública, representantes de Departamentos do Estado e uma delas que é o Presidente, que não representa formalmente um Partido Político, mas está indicado.

Portanto é uma instituição que faz o que queremos que ela faça e que nós queremos todos que aconteça, para que os actos eleitorais sejam justos, que quem é gestor público não use recursos públicos para influenciar actos eleitorais. E eu tive muito gosto em estar nessa reunião para os ajudar a perceber que a tal nota informativa de seis páginas a procurar condicionar autarcas a não influenciar eleições ao Parlamento Europeu é do mais absoluto ridículo. Obviamente, tem que ter uma nota de alteração objetiva e também tem. E o Partido Socialista tomou esta iniciativa. Está em discussão parlamentar, um ajustamento legal, muito simples, só para se se clarificar que o espírito do legislador é que tínhamos cuidado em influenciar as eleições em que estamos em causa.

Uma coisa muito importante para o primeiro-ministro cuidar melhor a sua relação com as eleições à Assembleia da República ou os deputados europeus que exercem funções cuidar melhor da sua relação, quando estão em eleição para o Parlamento Europeu. E nós autarcas cuidarmos melhor quando esta em causa a eleição autárquica.

E é isto que a comissão parlamentar por iniciativa do partido socialista, está neste momento a discutir. Esperando nós todos que saia a tal nota clarificadora para não dar azo a documentos ridículos como estes a que a Comissão Nacional de Eleições emitiu.

Uma segunda nota sobre o PART e dizer-vos que não vou responder hoje à aplicação do PART no município de Aveiro e na região de Aveiro. Estamos ultimar esse processo. Já o comuniquei e repito aqui com clareza que o primeiro dia de implementação no município e na região de Aveiro é dia 1 de Maio. Estaremos até ao final da terceira semana de Abril a tomarmos decisões sobre esta matéria.

Já há decisões na Comunidade Intermunicipal. Portanto temos tudo isto harmonizado. Não foi possível harmonizar com as comunidades intermunicipais da envolvente. Temos visões diferentes e pronto. Mas devo dar-vos nota que em tempo muito próximo e oportuno em razão deste trabalho que estamos a fazer falarei com pormenor como é que vamos Aplicar. Mas Manuel Prior, estamos muito longe dos 27 euros por cidadão. Muito abaixo. Mas ligeiramente acima do rácio transmontano. Mas obviamente que não tem nada a ver com Lisboa. Isto como sabem foi feito para Lisboa e o resto é mesmo paisagem no que respeita ao PART.

Mas objectivamente é uma medida boa. Objectivamente sim. Mas a medida está lançada de uma forma absurda? Claramente sim. E basicamente porquê? Porque não houve diálogo algum entre o Governo e os municípios portugueses sobre esta matéria.

Houve, claramente ouve e toda a gente o sabe, diálogo preparação de pormenor com a área metropolitana de Lisboa.

Mas com os outros municípios e que nada. Quando em sede de Orçamento de Estado Governo anunciou que tinha aquela rubrica (e muito bem) vários autarcas portugueses (e eu fui um deles) vieram reivindicar que esse valor orçamental fosse aplicado também aos municípios gestores de transportes municipais e intermunicipais. Aliás, na altura até ficou um equívoco se o PART se iria aplicar a linhas intermunicipais ou também a linhas municipais. Mas não houve uma única reunião.

Quando agora surge, nada. É a primeira vez na minha vida de dirigente da ANMP em que um dossier desta natureza, em que os municípios são fundamentais na aplicação para a prática da medida, não houve uma reunião com a ANMP.

Obviamente a medida foi preparadinha para Lisboa e muito bem. Lisboa precisa? Precisa com certeza. Mas precisa o país inteiro. A questão adicional é o tempo em que surge o PART. Ele surge por um despacho, para nós darmos informação numa plataforma gerida pelo IMT até 15 de Março e para se aplicar o mais rápido possível. Como Lisboa tinha já tudo preparado, até os cartões já estavam impressos, é evidente que no dia 1 de Abril estava tudo pronto para arrancar com a medida.

Mas alguém acredita que uma coisa desta complexidade pode ser preparada em 15 dias? Ou num mês ou em dois ou três meses. Não é possível. Por isso a maior parte das Comunidades Intermunicipais, numa nota emitida pela Lusa que explicita, comunidade a comunidade, e a esmagadora maioria delas vão aplicar a medida no dia um de Maio.

Aliás, hoje até houve um problema com um município da área metropolitana do Porto, que foi São João da Madeira, que deu azo a uma nota explicativa da Câmara e do operador, de que é impossível aplicar antes do dia 1 de Maio, porque há um conjunto de questões operacionais para poder o operador fazer o desconto, fazer a informação com todo o rigor e a área Metropolitana receber essa estatística e pagar a verba respetiva.

Estamos a falar de dinheiros públicos geridos por empresas privadas que são elas que fazem a interação com os utentes, que são o beneficiário último da medida.

Mais. Devo dizer que há Câmaras que acham que isso é ilegal e que estão a aprovar regulamentos para definir como é que esta ajuda pública pode ser usada por pessoas que são obviamente entidades privadas. Isso porquê? Porque de facto não houve diálogo. Não houve entre nós oportunidade nem tempo para nos coordenarmos.

Nós não queremos que aqui em Aveiro os cidadãos que vão para Coimbra tenham um valor x de desconto e os que vão para o Porto tenham um y ou não tenham nem x nem y .

Nós discordamos disto. Mas como ninguém falou com ninguém e cada um tem o direito de achar o que bem entende, temos disparidades. E portanto é fundamental que a medida seja discutida. Que a sua operacionalização seja devidamente tratada atempadamente. E eu espero que seja possível fazer isso para termos a aplicação em 2020.

Isto está feito à bruta, pelos motivos que sabemos. São os motivos eleitorais que nós respeitamos. Nós temos respeito pelos motivos eleitoralistas, mas obviamente poderia ser pelo mesmo motivo mas estar bem-feita de forma operacionalmente bem cuidada.

Da nossa parte do município de Aveiro, como autoridade de transportes que somos, da nossa parte vamos continuar a trabalhar para que na aplicação da medida em 2020 possamos ter um quadro bem mais cuidado, dialogado com os nossos vizinhos e com o governo do país. Embora seja muito difícil porque o próximo governo que vai estar em funções provavelmente lá pelos finais de Outubro ou Novembro, como é evidente. E, portanto, enfim, não haverá seguramente aí uma introdução muito forte. E além do mais por questões financeiras.

O governo decidiu unilateralmente vir-nos ao bolso. Que era uma coisa que já não se via há muito tempo. O governo disse, este ano pagais 2.5%. Em 2020 já pagaremos 4 vezes mais. E em 2021 vamos pagar 8 vezes mais, 20%.

E então fica a pergunta: então em 2022 quanto pagaremos? Silêncio ensurdecedor que levanta medos a muitos colegas. Será que o governo tem ideias de em 2022 que paguem as Câmara tudo?

Esta é uma política estrutural e alguns de vocês já o disseram. Ao nível ambiental, na dimensão social, na dimensão da política de transportes do país e na política de cada um de nós. Agora não pode é ser assim lançada para o terreno e ser lançada só em três anos. Nenhuma política estrutural como esta pretende ser e na minha opinião é - tirando estes

defeitos graves de lançamento, com uma validade de três anos. Com uma escalada de vir ao bolso aos municípios, sem falar com eles, para oito vezes mais.

Portanto são este tipo de questões que têm de ser tratadas, têm de ser trabalhadas, porque obviamente as coisas não podem ser feitas desta maneira.

O Casimiro Calafate falou de compensações. Eu respeito a palavra, o seu raciocínio é absolutamente sensato, mas eu falo de uma outra forma, que é a gestão global do território. A gestão global nesta área dos transportes dos portugueses, todos. E não voltarmos à velha questão dos autarcas que não somos de Lisboa, reivindicarmos, que é sistematicamente o Estado estar a meter o dinheiro que é de todos apenas num sítio. Independentemente de nesse sítio lá viver muita gente, de haver uma densidade populacional maior que no resto do território.

E os exemplos piores não são o nosso. Há exemplos chocantes. Mas este é o Portugal que nós queremos? Que haja ainda mais incentivo à desertificação, que haja incentivo para que as pessoas vão viver mais para Lisboa e Porto? Então e o discurso do Interior? Onde está o discurso do interior? É para ficarmos só pelo discurso ou é quando vamos às políticas tão importantes como esta, porque a mobilidade está na estrutura de custos de uma família porque tem um peso importante. O que é que se passa aqui? Obviamente vemos sempre a questão do eleitoralismo. E é muito importante para o Governo e para o país, respeitando como respeito as questões eleitorais, que este seja um instrumento positivo para a mobilidade total do país, mas também para a coesão territorial e social do país. E aí as portagens têm um papel muito importante. E já nem falo da reivindicação de Aveiro, em que somos a única cidade em que a nossa via de cintura rodoviária é portajada em quase toda a sua dimensão. Estou a falar das populações do interior ligadas pela A25 em Viseu ou na Guarda ou Castelo Branco servidas pela A23. Essa gente nas portagens não há desconto, que nós pedimos porque é importantíssimo para a pegada ecológica nossa. Que é em vez de andarmos no pára e anda N109, podermos andar tranquilos na A17 ou na A25. De andarem os camiões das nossas indústrias circuitos de 20 km que demoram 45 minutos poderem demorar 15 minutos. Reparem as quantidades de emissões que vamos reduzir.

Portanto a outra dimensão que tem de ser tratada nesta matéria de facto passou ao lado. E é fundamental que ela não passe ao lado. E portanto eu espero e lutarei por isso, que o próximo governo trate deste dossier com profundidade. Não é preciso muito tempo. É preciso sentarmo-nos à mesa, é preciso a tal participação pública de que falam tanto, mas vieram aos nossos orçamentos sem pedir autorização. Não disseram, olhem vamos aí buscar um dinheirinho ao vosso orçamento. Vieram e acabou a conversa.

Portanto, quando em 2022 for para tirar a medida, das duas, uma: ou as Câmaras têm de ter o dinheiro ou ficam com ónus político todo. Grande exercício de governação este.

Portanto dizer que a medida é positiva, tem uma dimensão estruturante relevante, nas suas várias facetas, mas está lançada de forma desconexa, desgarrada do todo do território nacional, desgarrada daquilo que é a política global da mobilidade e da estrutura e dos custos de mobilidade dos portugueses, desgarrada do devia ser uma política global da mobilidade e da estrutura de custos de mobilidade e obviamente isto tem de ter uma correção no futuro próximo. Nem na ANMP tomámos ainda essa decisão, mas logo que chegue o novo governo vamos falar obviamente, nem vale a pena falar com o governo actual. Nem vale a pena pelo ciclo político em que estamos todos. O Governo está em período pré-eleitoral e como todos, há coisas que fazem, até muda administrações de hospitais e de portos, de tudo e mais alguma coisa, como se estivesse a começar o mandato. Esta é uma das contradições daquilo que é o normal do que os governos fazem ou não fazem, quando estão a poucos meses de um acto eleitoral e obviamente já estão em

campanha pré-eleitoral como é bom e saudável, porque é sinal que a democracia funciona.

Portanto deixar estas notas, falaremos seguramente numa próxima oportunidade sobre a aplicação em pormenor no nosso município e na nossa Região de Aveiro.

Em relação à Venezuela dizer que conheço muito bem, tenho muitos familiares na Venezuela, acompanho diariamente o que lá se passa.

Mas dizer ao Raúl Martins que não precisamos de gabinete nenhum. Temos um gabinete criado há muitos anos. Que funciona bem. Estamos em rede com as escolas e com os cuidados primários de saúde que são os dois olhos principais neste processo.

Temos um problema grave no país, ninguém fala dele, eu continuo a insistir, o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, não funciona. Um atendimento demora 5 a 6 meses. É uma pessoa que foi bater à porta para ser atendida pode ser atendida em Évora ou em Bragança. Uma vergonha o funcionamento do SEF. Mas até parece que não passa nada. As Câmaras estão a funcionar bem. Seja como a de Estarreja que criou há dias um gabinete, mas nós não necessitamos de criar gabinete nenhum porque temos gabinete de apoio há muitos anos. Nem sequer fomos nós que o criamos. Fomos herdeiros.

Portanto temos as ferramentas, estamos atentos, temos falado muito com o nosso Director do SEF, pessoa sensata que bem tem as dores desta circunstância, mas estamos bem atentos a esse dossier. É só preciso não esquecer é que hoje o que é difícil é sair da Venezuela. Não esperem que cheguem muitos Venezuelanos. Porque hoje sair da Venezuela não é impossível, mas é um exercício caríssimo e muito arriscado para a vida de quem se arrisca.

Portanto não esperem que vão aparecer ai Venezuelanos à carrada porque não vão porque não conseguem ter dinheiro para pagar passagens de avião e estão a ficar ali ao lado, na Colômbia ou no Brasil porque ai chegam por terra. Hoje comprar uma passagem de avião, mesmo para quem tem dinheiro, no mínimo um ano para pagar uma passagem de avião."

Presidente da Assembleia⁰²⁶

Ponto 1 - Apreciação e votação do Processo de Descentralização / Transferência de Competências 2019:

- a) - Área da Proteção e Saúde Animal;**
- b) - Área da Cultura;**
- c) -Área da Educação (competências intermunicipais);**
- d) -Área da Saúde (competências intermunicipais).**

(As deliberações tomadas pela Câmara Municipal, na reunião ordinária pública, realizada em 21/03/2019, sobre os assuntos em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta acta, em anexo).

Continuando, o Presidente da Mesa deu a palavra Presidente da Câmara para apresentação dos documentos.

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰²⁷

"Muito obrigado. Sumariamente dizer que as propostas que trazemos hoje, mais este grupo de decretos-leis que estão em desenvolvimento para cumprirmos as decisões, aliás, a solicitação que fiz ao Senhor Presidente para termos a reunião hoje é porque hoje é o último dia do prazo de dois destes diplomas. E portanto a abordagem que fazemos é muito simples. Ponto primeiro em relação à protecção da Saude Animal é na continuação do

nosso debate que já aqui ocorreu e dar a personalidade a cada um dos diplomas e não como o tínhamos feito anteriormente em que era apenas um documento com as propostas todas. Mas dar conta de que continuamos a defender as mesmíssimas coisas e por isso os primeiros parágrafos do texto são exactamente iguais aos que vieram na proposta anterior.

Porque defendemos a descentralização. Queremos assumir todas as competências em razão da nossa capacitação no ano de 2019, no ano de 2020 ou, obviamente, até Janeiro de 2021 quando as competências forem universais.

Protecção e saúde animal há um dado para nós fundamental. Não temos médico veterinário municipal. Não é possível pura e simplesmente exercer essas competências sem médico veterinário municipal. Portanto é um elemento absolutamente essencial.

O nosso concurso corre bem já dei nota à assembleia, temos 14 candidatos apenas um foi excluído na fase de admissão por avaliação curricular, temos 13 que estão neste momento a entrar na fase da avaliação psicológica, a seguir, temos a prova escrita, a seguir temos a entrevista, como sabem em cada uma delas há trabalho a fazer, há a audição dos interessados, e cada etapa tem efeito de exclusão para aqueles que não atingirem nota positiva. E, portanto, temos um procedimento que correndo normalmente há-de estar pronto em cima do Verão, algures entre Julho, Agosto, Setembro. E, portanto, depois é preciso receber a pessoa que ganhe o concurso. É óbvio demais que sem esse recurso não podemos exercer esta competência. E é aí que assenta em primeira instância este nosso não. Obviamente que há uma área, a área da inspeção sanitária a um de nós e o nosso Veterinário quando chegar vai ter obviamente de trabalhar muito com a Direção-geral de Alimentação e Veterinária para cuidar bem da transferência dessa responsabilidade, porque tem um conjunto de delicadezas relevantes. Mas, pronto, sobre isso estamos tranquilos. Quando o técnico chegar vai seguramente fazer esse e todo o trabalho para se capacitar, para depois podermos assumir essa responsabilidade na área.

Na área da Cultura nada de novo. A área da Cultura é apenas a mudança do quadro legal. O que está neste decreto-lei é o nosso Museu de Aveiro Santa Joana. E o que poderá vir a estar ao abrigo do artigo 10º é a Igreja das Carmelitas. Nós proporemos ao Governo a integração da Igreja das Carmelitas neste processo do quadro de descentralização gerido por este decreto-lei. É assim que faremos, sabendo que estamos exatamente com dois contratos de gestão do Museu de Santa Joana há já três anos e meio, da Igreja das Carmelitas há pouco mais de 3 meses. E, portanto, é apenas a tradução para o novo quadro legal destas 2 operações, sabendo que quer nós quer o Governo, fazemos um balanço positivo daquilo que é essa aposta, daquilo que essa operação de gestão da Câmara no quadro obviamente do Museu da Igreja das Carmelitas. E, portanto, é também claro e simples para nós dizer que fizemos bem assumir esta responsabilidade. Temo-la gerido bem e, portanto, é com toda a naturalidade que dizemos sim queremos continuar a fazer.

Depois duas competências da natureza intermunicipal. A área da Educação que, no quadro da comunidade intermunicipal, consertámos todos em dizer sim a estas competências. E sim, porque já estamos a preparar para as exercer.

Em relação ao transporte escolar já nos estamos a preparar com a autoridade regional de transportes, com delegação entregue a 10 municípios dos 11 e com um que vai ter protocolo de gestão, estamos a preparar para a partir de janeiro de 2020, esteja na mão da Comunidade intermunicipal a gestão dos transportes escolares, no quadro dos transportes públicos rodoviários de toda a Região de Aveiro.

No Parque Escolar, obviamente que, no quadro da gestão e da negociação dos fundos comunitários, neste trabalho de equipe que fazemos nessa dimensão, obviamente que

sermos parte do planeamento faz todo o sentido. É um passo mais no caminho que já temos percorrido e que queremos continuar a percorrer.

Portanto é um sim claro que trazemos do Conselho Intermunicipal e um sim claro que queremos dar para assumir estas competências.

Na área da saúde é também tudo claro no sentido inverso. Nenhum dos 11 municípios da Comunidade Intermunicipal vai assumir competências municipais na área da saúde.

E este é um argumento de base que tem relevância para não assumirmos as intermunicipais. Mas, obviamente, dizer-vos com toda a clareza que este quadro da descentralização tem dois diplomas muito maus. E que no quadro das minhas responsabilidades de autarca trabalharei quando o novo Governo chegar para se alterarem estes 2 diplomas porque de facto são muito maus.

Um deles que é conhecido é este da Saúde. O outro ainda não é conhecido, ainda não está sequer para promulgação, que é o das Freguesias.

E, portanto, obviamente que nos preparemos para gerir as competências municipais e intermunicipais se este for o diploma até Janeiro de 2021 obviamente que sim. Mas há mil coisas para perceber, para clarificar, seja no caso das municipais que hoje não estamos aqui a discutir, seja nos quadros das intermunicipais, que obviamente não há qualquer condição de conhecimento, de planeamento, minimamente estruturado do próprio Ministério da Saúde, quanto mais para que nós possamos receber informação de base para assumirmos estas responsabilidades.

Portanto, também com a mesma clareza do sim da Educação a proposta é um não para a da área da Saúde. Deixando obviamente claro estas duas opções, que está absolutamente consensualizado. Estamos de acordo os onze membros do Conselho Intermunicipal para trazer estas propostas à Assembleia e aos nossos executivos, no nosso caso, como já levamos trazemos aqui ao nosso órgão deliberativo.

Portanto é este o quadro de propostas que aqui trazemos. Não à Proteção e Saúde Animal. Sim à Cultura. Sim à Educação em competências intermunicipais. Não à Saúde em competências intermunicipais.

Estarei obviamente ao dispor para participar convosco no debate. Muito obrigado."

Membros da Assembleia

Vogal Rui Alvarenga (BE) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[029](#)

"Obrigado Senhor Presidente. Em relação à Proteção e Saúde Animal a questão do decreto mistura duas áreas que nós, de facto, habitualmente separamos por razões óbvias. O decreto está muito feito em função daquilo que é a autoridade veterinária municipal. E eu percebo aqui esta posição defensiva por parte do executivo municipal. Embora o executivo já tem vindo a traçar o rumo embora tímido, do nosso ponto de vista, mas ainda assim vem traçando um rumo, no sentido de suprir algumas das dificuldades e do grande problema que nós temos ao nível dos animais abandonados em Aveiro.

E que não têm dependido desse tipo de centralidade. E, portanto, nós estranhámos que esta admissão do veterinário, obviamente que há aqui uma necessidade temporal para efectivar esse concurso, mas depreendemos que não vai demorar um ano, nem dois, e não conseguimos perceber que complementarmente àquilo que a Câmara tem tentado fazer, embora continue a achar que podia fazer mais, que essa admissão não seja parte integrante desse plano e dessa acção por parte do executivo. Ou seja, não era interessante assumir esse desafio já e integrar imediatamente esse concurso e essa contratação como parte integrante daquilo que está a ser desenvolvido. Iniciar os CED o centro de recolha intermunicipal, o parque canino não era prioritário, mas enfim decidiu fazê-lo. Mas por outro lado notamos que não tem aceite algumas das ajudas do governo. Já sabemos que o

dinheiro é pouco mas o facto é que sobrou. Mas não há dinheiro para as esterilizações e presumo que não se tenha candidatado para essa campanha das esterilizações dos animais abandonados que iria ajudar a iniciar esse processo desses animais que estão na rua. Portanto nós gostaríamos de saber se não se podia arrancar já. E portanto não percebemos este jogo, esta inibição, quando tem feito ou tem tentado fazer à sua medida e em função daquilo que é a sua interpretação do problema, tem tentado viabilizar algumas dessas coisas.

Em relação às restantes não temos nada a opor. Embora notemos aqui uma predisposição para um para acelerar do processo em relação à Cultura. A nossa reunião foi muito produtiva com o grupo de trabalho que está a projectar a candidatura a Capital Europeia da Cultura. Não temos recebido mais informação desde esse momento. Do ponto de vista de estratégia parece-nos bem as linhas que lá estão. Embora elas ainda não estejam implementadas e muito longe de ver essa implementação acontecer. Mas ainda assim achamos bem e acompanhamos essa decisão por parte da Câmara.

Em relação às outras áreas também não se nos oferece nenhuma oposição. Obrigado."

Vogal Filipe Guerra (PCP) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[030](#)

"Ex.mo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhores deputados municipais, em relação a este ponto das transferências de competências nas diversas áreas que nos é hoje aqui trazido. É uma matéria que tem vindo aqui regularmente à Assembleia a conta gotas, mas tem sido por causa do processo legislativo neste sector.

O *PCP sobre esta matéria tem uma posição clara, definida, bem vincada, que já aqui na Assembleia Municipal também o partilhou, naturalmente e reagindo nas votações consoante essa mesma posição. Não vou repetir tudo aquilo que tem sido já repetido até de forma exaustiva pelo PCP em relação a este processo de descentralização de competências. De qualquer forma não resistia a chamar à coação aquilo que foram as considerações do Presidente da República, que não tem qualquer enquadramento ideológico com o PCP, mas que são quatro considerações que são pertinentes. E vale a pena lembrar. A cativação que coloca em causa a sustentabilidade financeira que é um aligeirar a responsabilidades do Estado Central para as Autarquias. Que cria problemas de escala, nomeadamente no universo das políticas públicas dos concelhos mais pequenos. E também do ponto de vista das finanças públicas comporta riscos. Aquilo que nós do ponto de vista do PCP sobre as sobre os temas específicos que hoje são trazidos esta Assembleia Municipal, há diversos aspectos que nos causam estranheza, basta ler as actas. Diz a páginas tantas "numa fase delicada da gestão do estado em que o Governo empurra para as Câmaras Municipais despesas várias, em especial na área do investimento que são da sua responsabilidade, alegando incapacidade financeira do Orçamento de Estado, que em regra não é real, tratando-se apenas de opção de estratégia política, temos de assumir, com coragem, e com cuidado, a gestão deste novo paradigma político.*

Esta consideração que até é cautelosa do ponto de vista da sua formulação, de facto, parece correta na medida em que ela elenca aquilo que são os riscos que já foram tornados públicos por outros personagens políticos, sobre os perigos inerentes a este processo de descentralização. E basta ler os decretos-lei 21 e 23, sobre Educação e sobre a Saúde, que se percebe se percebe por exemplo sobre a Educação, nos artigos, 50 e 51, por exemplo, que a descentralização é feita, mas mantém portanto, por exemplo, ao nível das despesas e dos investimentos com equipamento, uma dependência dessa mesma descentralização, naquilo que é o Orçamento Estado e em última análise Assembleia da República, o Governo e Poder Central. Olhando para aquilo que é o decreto-lei 23 sobre as matérias da Saúde, pelo menos este aqui não é sancionado, tem curiosidades como o

artigo 16.º sobre o financiamento sobre os contratos programa que indexa a verba até 50% desses contratos programa, até 1% da receita, com um imposto sobre a bebidas não alcoólicas!?

Isto dá uma ideia da leveza de como estas matérias foram tratadas. E é de uma grande boa vontade acreditar que os decretos-lei são assim tratados e outros são tratados com maior profundidade e com maior cuidado. Portanto este processo todo acaba com as preocupações que aqui já foram levantadas, acabar com estas formulações.

De qualquer forma seria pertinente ainda a propósito da descentralização de competências, falar, por exemplo, ou reavivar, ou perguntar ao Senhor Presidente de Câmara, neste processo que se desenrolou aqui em Aveiro, onde o Presidente de Câmara actual, onde a maioria PSD/CDS tem responsabilidades, que tem a ver com o processo de municipalização do Museu de Santa Joana.

Talvez fosse interessante perceber e saber, portanto, o processo de municipalização foi aprovado em assembleia, salvo erro em Junho de 2015. Saber, por exemplo, depois de ser passada a responsabilidade para a autarquia, que obras de restauro e conservação se realizaram, com que fundos e com que meios, porque está é uma matéria que transitou do Estado Central para a Autarquia, que representação externa se fez no Museu junto das instâncias nacionais e internacionais das redes museológicas. Que política de aquisição de obras e de outros investimentos fizeram. Enfim, era importante saber isto e perceber depois na prática que consequências e que capacidades têm as autarquias para assumirem a descentralização de diversas matérias. Vale a pena dizer por exemplo que o Museu de Aveiro nem um site tem! Tem uma página de facebook que vai sendo actualizada.

Isto são preocupações que nós temos nesta matéria e que cremos reforça a nossa ideia, deste princípio, de descentralização na forma e no tempo como ela é feita."

Vogal Eduardo Antunes (BE)⁰³¹

Vogal João Moniz (BE) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰³²

"Muito obrigado, Senhor Presidente. Farei então uma declaração de princípios do Bloco de Esquerda sobre todo o processo de descentralização.

O Bloco de Esquerda defende o princípio da subsidiariedade, ao abrigo do qual as competências estão alocadas a um órgão mais competente para as executar. A este princípio está subjacente a democraticidade e como tal que o órgão seja eleito por sufrágio universal e com o escrutínio da população, no entanto, considera-se que este processo em concreto de descentralização, feita à pressa, um negócio travado entre o PS e PSD, tal como se encontra configurado nos diversos diplomas legais já publicados, viola o próprio princípio constitucional da subsidiariedade, agravando assimetrias regionais, uma vez que a municipalização destas competências, nestas áreas, que é realmente o que está aqui em causa, não pode comprometer a universalidade e a igualdade no acesso das diversas populações aos serviços prestados nas áreas a transferir, procurando evitar que tal acesso seja posto em causa face a uma diferenciação resultante de diversas opções locais no exercício das competências.

Este processo todo vai promover a uma total desresponsabilização do Estado em funções sociais de âmbito universal, como a educação, a saúde, e a cultura. Outro problema deste processo prende-se com a falta de meios técnicos e recursos humanos para o efeito. Aceitando-se estas competências, as Câmaras têm de assumir as responsabilidades dos diversos diplomas sectoriais, quando na maior parte dos municípios não existem recursos humanos para tal seja possível, nem a possibilidade ou Orçamento para assegurar a contratação dos mesmos. Mais uma vez, não sabemos que valores irão ser transferidos. É ainda expectável que venhamos a assistir a conflitos de competências, nomeadamente no

domínio da gestão do pessoal auxiliar no caso dos estabelecimentos de educação e de saúde ou gestão e manutenção de equipamentos, que sejam transferidos para a esfera da competência dos municípios.

Acréscimo ainda a possibilidade de as autarquias se justificarem com meios e recursos técnicos insuficientes, para assegurar que estas competências sejam concessionadas entidades privadas ou empresas municipalizadas, que por falta de fiscalização poderão promover a degradação dos serviços prestados e o acesso e fruição pelo cidadão comum.

O Bloco Esquerda considera que o que está em causa aqui não é uma verdadeira descentralização de competências, mas sim, uma municipalização das diversas áreas envolvidas, onerando os municípios que não têm meios humanos ou recursos técnicos para tal. Tal como se tem verificado o processo está a ser feito ao contrário. Transfere-se primeiro as competências e depois logo se vê o resultado e se adequa melhor o Orçamento. Esta estratégia é absolutamente inaceitável. Muito obrigado."

Vogal Jorge Greno (CDS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[033](#)

"Muito obrigado Senhor Presidente. Este é um assunto que já vem sendo debatido há largos meses aqui na Assembleia. Recordo a Moção apresentada pelo CDS em Setembro e aqui aprovada. Já então alertávamos para alguma trapalhada com todos esses atrasos que certamente iria ter e que teve. Estamos hoje a começar a deliberar aquilo que queremos ou não aceitar em matéria de delegação de competências que era suposto ser em Setembro do ano passado. Já passou um quarto do ano, mas pronto vamos deliberar para o resto ano!

De qualquer forma e pegando na proposta que a Câmara aqui nos traz, fazendo também a Câmara parte da CIRA no que diz respeito às competências intermunicipais, nós estamos naturalmente de acordo com a proposta que nos faz. Achamos que é razoável. Aquilo em que estamos confortáveis e que achamos que podemos melhorar avançamos já. As outras situações quando tivermos condições para fazer como deve ser os trabalhos seguirá no próximo ano ou daqui a dois anos. Logo veremos consoante forem chegando indicações ou consoante a Câmara vá tendo condições para exercer essas novas competências. Disse."

Vogal Francisco Picado (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[034](#)

"Boa noite. Relativamente a este assunto de facto, estamos a dar continuidade a um processo que já cá esteve. Começaria por reiterar a posição do Partido Socialista que é obviamente em absoluto favor deste processo de descentralização. Sendo que inclusive é de facto o Partido que defende de forma inequívoca o processo de descentralização.

Primeira nota. Tem a ver com uma questão que já aqui foi debatida. E que aponta para algumas ineficiências ou alguns defeitos ou algumas coisas menos conseguidas no processo de descentralização. Eu lembro que na altura da primeira intervenção O partido Socialista e o Senhor Presidente da Câmara estávamos de acordo. Ou seja, se andássemos à procura do processo de descentralização perfeito nunca iniciariamos o processo de descentralização. E portanto nisso estávamos de acordo.

O de descentralização é o possível ou foi o possível e está dado o pontapé de saída. Provavelmente poderá ter algumas ineficiências mas a questão relevante aqui é ver isto na perspectiva positiva. Nomeadamente para quem defende o movimento e portanto estamos de acordo que é um momento e um passo decisivo, já se iniciou tem as suas fases, tem os seus contratemplos, tem muito trabalho ainda a fazer, e obviamente que estamos a falar dum processo de mudança. E portanto um processo de mudança sem risco não vale a pena.

Não vale a pena pensar que vamos mudar um paradigma sem que haja riscos associados. Obviamente que atrás dos riscos vem os benefícios. E portanto quem acredita que a gestão local e a gestão de proximidade nalguns casos pode trazer resultados muito mais positivos que uma gestão centralizada, obviamente que só poderá encarar este processo como um processo que só trará resultados positivos mesmo que seja apenas a médio longo prazo. E sobre esse assunto penso que estamos entendidos e estamos mais ou menos esclarecidos. Relativamente às questões específicas de cada uma das competências aqui em causa. Eu não vou repetir o parágrafo que o Filipe Guerra leu, mas de facto ao ler o parágrafo fiquei com algumas dúvidas. Porque efectivamente o óbice do município em avançar com algumas destas medidas seria um óbice associado ao envelope financeiro! Basicamente o que o parágrafo diz é que o governo está a empurrar para as autarquias um conjunto de competências sem trazer o respectivo envelope financeiro devidamente quantificado e devidamente esclarecido. Foi o que entendi daquele parágrafo. E nessa medida, sendo um parágrafo generalista verdadeiramente estaria à espera que o município usasse de uma forma massiva aquilo que seria a adoção destas medidas. E assim não é. No seguimento deste raciocínio de facto há aqui algumas notas adicionais. Ou seja, o documento explica muito bem porque é que justifica o Sim na Cultura e o Não na competência da gestão animal, mas não justifica de forma tão explícita do ponto de vista documental porque é que não aceita na Saúde e porque é que aceita na Educação. Portanto ficam aqui algumas questões por esclarecer. Sendo que voltando a atrás eu pensei que isto teria essencial a ver com o envelope financeiro mas já percebi que não. Obviamente que a posição do Partido Socialista nesta matéria é conhecida. Eu sou a favor daquilo que é a aceitação, mas queríamos que o município fosse mais à frente e aceitasse também no imediato aquilo que são as opções que o município protela para momentos futuros. É só."

Vogal Pires da Rosa (PS)⁰³⁵

Vogal Casimiro Calafate (PPD/PSD)⁰³⁶

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD)⁰³⁷

Presidente da Mesa⁰³⁸

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰³⁹

"Obrigado Senhor Presidente. Rui eu percebo o seu esforço. Mas ó Rui as coisas são o que são. Assumimos uma questão de princípio, assumimos as competências à medida da nossa capacitação. É a nossa questão de princípio. Mas além do princípio é uma questão de seriedade. Faz algum sentido eu trazer aqui uma proposta a dizer nós vamos assumir esta competências e depois não as vamos assumir! Não faz sentido nenhum. E se há dossiers na área dos animais de companhia que nós podemos ir desenvolvendo e temos desenvolvido. E procuramos que assim seja. Porque temos parcerias com clínicas privadas etc. Na área que é a mais crítica o diploma está feito pelo governo. E no caso está bem feito. Porque a questão que é delicada e complexa, técnica e legalmente, é exatamente a questão dos alimentos, é exatamente a inspeção sanitária. Não é a questão dos animais de companhia. Essa em termos legais é simples.

A outra não. A outra é muito complexa. Está em causa a saúde de todos nós e, portanto, seria uma irresponsabilidade e uma mentira eu estar aqui a propor que a Câmara vai assumir a competência, mas não vai assumir.

E portanto nós não queremos gerir assim. Nós traremos aqui se tivermos condição para ser em 2020, traremos. Temos Veterinário, temos capacidade, se for uma pessoa muito experiente, se não for tão experiente teremos de dar mais tempo. Mas é nessa lógica. E

não agora aqui do faz de conta. Permite mais tempo, pronto. Tanto é, nem se a lógica e não agora aqui de faz de conta porque, de facto, tudo isto é muito importante. Mas tudo aquilo que respeita a nossa saúde, à garantia da qualidade dos alimentos, que são alvo dessas inspeções (que não são todos como sabemos), não pode haver a menor falha. Como é que nós podemos dizer ao Governo, olhe essas competências vêm para nós, mas olhe não as vamos exercer. Não faz sentido.

Eu percebo a parte que quis dizer, façam mais e façam melhor, com os recursos que já vão tendo, e é por aí que estamos a trabalhar. Daqui a dias vamos lançar o concurso da obra do Canil Intermunicipal. Não temos Veterinário. Mas há outros municípios que têm e que ajudam no processo. Temos uma empresa a fazer projecto. É um projecto de construção civil, não é andar todos os dias a inspecionar carcaças de animais. Portanto é por aqui que nós queremos seguir.

Em relação ao plano estratégico da Cultura estão todos convidados para estarem cá amanhã à noite. Vamos fazer a apresentação. Vamos ter um período que vai até ao final do mês para mostrar a versão que temos, para recolher contributos, para a enriquecer, para fecharmos a versão definitiva, queremos fechá-la no início do mês de Maio. E, portanto, embora. Vamos apresentar o trabalho. E, pronto, amanhã ou nos outros dias todo o documento vai para o site da Câmara, mas está disponível para toda a gente, obviamente, portanto força, contribuam para ele ser o melhor possível que é o que nós queremos, que ele seja o melhor possível.

Nós conhecemos as perspetivas do PCP. Um último parágrafo e já agora dando nota dos considerandos, e dando nota também ao Francisco Picado. É um parágrafo de dimensão política. Já expliquei isto aqui na última reunião. Tem a ver com a circunstância do governo não ter honrado os seus compromissos de participação do Orçamento de Estado das obras que temos feito em nome do Governo, com contratos com o Governo. na área da Educação e da Saúde. É por isso que escrevemos isso. E para que nas competências a descentralizar não venham a acontecer patologias idênticas.

Risco com certeza há. E estamos cá para os assumir. Dissemos e repetimos. Uma coisa é risco outra coisa é o governo assinar um contrato e no dia a seguir que o assinou dizer, nós não vamos cumprir. Arranjem vocês o dinheiro. Portanto este parágrafo é muito importante para assinalar o que é que o Governo já está a desonrar e, obviamente, para procurarmos que não o desonra no futuro, no que respeita às novas competências.

Filipe Guerra pode ir ao site da Câmara visitar o nosso Museu. Depois possa mandar o link para visitar. E seguramente ficará a conhecer mais. Mas é melhor ir lá mesmo. No site consegue perceber aquilo que é o mais importante. Temos uma coleção de fotografias que lhe dão uma visualização do Museu. Portanto, força.

Quanto às questões que colocou. Eu também vou facultar ao Filipe e a toda a gente, os relatórios de gestão que temos feito (um por ano), depois de termos feito uma nota de imprensa com uma súmula, com um texto muito sumário, daquilo que são os relatórios dos nossos museus.

Também dizer a todos que o governo do país andou lento nisto. O Partido Socialista de Aveiro tentou tudo para que o Governo nos retirasse a competência. Lembram-se daquele célebre comunicado do Partido Socialista logo que o Governo chegou! E também tivemos a nossa Diretora Regional da Cultura que foi sempre contra isto. Fez trinta por uma linha. Felizmente o Governo manteve a sua posição, não mudou. Manteve a posição do Governo anterior. Felizmente nós crescemos na qualidade de gestão do Museu. Felizmente, conseguimos que neste decreto-lei esteja o Museu de Santa Joana e, obviamente que "felizmente" também saudamos o Partido Socialista não ter mudado de opinião.

Felizmente não mudou e muito bem. É mais saudável do que ser contra. E saudar também a nossa nova Directora Regional de Cultura do Centro. Que tomou posse há pouco meses

e que é a favor e que já se encontra a trabalhar connosco de uma forma positiva. Mudou toda a bateria de obstáculos que a sua antecessora nos provocou. E estamos a trabalhar em equipa, com toda a fortaleza, a reganhar o tempo perdido e, portanto, cá estamos. E vamos fazer as obras Filipe. Estão contratadas. Temos dinheiro reservado. Mas pronto, os obstáculos, não exatamente pelo Partido Socialista ser contra ser um obstáculo relevante, é mais uma questão psicossomática e política e de evolução, mas obviamente quem tem poder, no caso o Ministério da Cultura tem poder objectivo para a cogestão do nosso museu de Aveiro Santa Joana e obviamente este é um passo muito importante e já estamos a trabalhar a todo gás com a nova Directora Regional a Dr. Susana Menezes. Quanto à trapalhada Dr. Jorge Greno, estamos combinados. E vai aumentar. A trapalhada vai aumentar. Obviamente já todos conhecem. O Governo já publicou um decreto-lei para adiar os prazos das competências municipais para trinta de junho. E, portanto quando em Junho deviam estar a tomar decisões na área da educação para 2020, foi adiado agora o prazo das decisões 2019. E não saiu mais nenhum diploma. Portanto entre o governo e a Presidência da República, andam todos os outros. Em que a ANMP já concertou com o governo. Que o governo já aprovou todos eles incluindo o último que foi o das Juntas de Freguesias, em Conselho de Ministros, mas a maior parte deles ainda estão dentro da esfera do Governo em redação final, em exigências complementares com o Ministério do Ambiente ou com o Ministério das Finanças, e alguns poucos já estão na Presidência da República. Não houve mais nenhum publicado em Diário da República. Portanto, não temos nenhuma discussão próxima agendada, porque ainda não podemos fazer agendamento. Na área da Saúde já chegaram os números para podermos decidir, mas aí a nossa posição está clara, já a disse hoje, que não há condições. Na área da Educação houve o tal adiamento, porque os tais números que eram para chegar até ao dia 4 de março, quase um mês depois, ainda não chegaram. Portanto não há sequer condição de apreciar essa matéria. E aí as questões financeiras têm objetivamente muita importância como é lógico. Portanto, julgo que as propostas estão devidamente sustentadas, politicamente. Tecnicamente temos competência de as gerir bem ou de as não gerirmos e, portanto, julgo que o debate me ajuda a solidificar as propostas que trazemos à Assembleia Municipal. Muito obrigado."

Vogal Francisco Picado (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[041](#)

"Muito obrigado Senhor Presidente. Não querendo ser teimoso, nem querendo enfim, levar o debate para outras coisas, e a minha memória embora já não seja a mesma, a minha capacidade de ir à internet que é uma coisa mais ou menos interessante de notícias, embora hoje já haja muitas fake news, relativamente ao Museu de Aveiro, dois breves trechos de sites que são aparentemente fidedignos. "O Governo quer entregar o Museu de Aveiro ao Município, PS quer que passe a nacional." Estamos a falar do governo de Passos Coelho. "PSD e CDS rejeitam proposta do PS para que o Museu de Aveiro seja nacional." E há aqui mais uma que diz que a Associação de Amigos do Museu de Aveiro afirmou estar contra a eventual municipalização do Museu de Santa Joana.

Portanto sobre a intervenção do Museu, acredito que isto não sejam fake news e, portanto, algumas das coisas que hoje aqui foram ditas não estão verdadeiramente em sintonia com este repositório que aqui está. É só."

Presidente da Câmara:⁰⁴²

"Eu percebo o seu esforço como funcionário do governo a fazer esse tipo de intervenção muito infeliz como acabou de fazer. Exactamente. Eu respeito o seu esforço, mas de facto a vida e a vida, o Partido Socialista de Aveiro mudou de opinião. Ouça, eu até estou a saudar o Partido Socialista de Aveiro. E a matéria que agora referenciou é uma outra matéria! Eu sempre disse que o facto do Museu ser nacional não quer dizer que não possa ser gerido por um município. Os municípios são nacionais. É um conceito estereotipado de alguma gente da esquerda para a direita, há em todos os quadrantes, de que as coisas municipais são menores e as coisas nacionais são maiores. Não faz sentido nenhum.

Os municípios gerem muitas questões de grande relevância nacional. E, portanto, o Museu de Santa Joana é um valor nacional. A Igreja das Carmelitas é um valor nacional e pode, na nossa opinião deve (e agora até temos todos de acordo) ser gerido por uma Câmara Municipal. É isto que esteve e que está em causa.

E portanto, na razão das opiniões, ainda há gente que acha que não e que o Ministério da Cultura gere melhor as coisas nacionais que uma Câmara Municipal. Eu não sei se tem acompanhado uma polémica nacional importantíssima, feita por aqueles que é reconhecidamente da esquerda à direita, um dos mais qualificados gestores museológicos deste país, que é o atual Diretor do Museu Nacional de Arte Antiga e que tem feito uma campanha pública brutal contra um diploma que a Senhora Ministra da Cultura está a tentar dar à luz, em defesa (na ótica dele) da autonomia dos museus e da sua capacitação financeira. Porque, de facto, os governos desde a troika, desde o Governo Passos Coelho até ao atual, têm descapitalizado os museus portugueses.

E, quando de facto, os museus nacionais vêm para a esfera das câmaras, os poucos que já vieram, o que se verifica é que as câmaras investem neles. Dão-lhes notoriedade. Ganham públicos, arranjam mecenas, esta é a realidade objetiva.

E, portanto, quando nós dizemos isto, dizemos neste quadro de gente que já tem 3 anos e meio de gestão, com balanço positivo. E nós em Aveiro até devíamos estar ainda mais satisfeitos, porque, obviamente, somos mesmo mais competentes a gerir o Museu de Aveiro do que os técnicos da Direção Regional ou do que o Ministro da Cultura, em Coimbra ou Lisboa. Somos mesmo. Até porque adicionei alma. O Museu deixou de ser uma operação autónoma de gestão estritamente museológica e passou a ser uma operação de gestão integrada em toda a política cultural municipal e no nosso discurso de promoção turística. Coisa que não era possível antes e passou a ser possível.

Estão lá os mesmos técnicos. A nossa equipa técnica é a mesma. A pessoa que ganhou o concurso para Diretor do Museu foi a pessoa que herdámos. É a mesma pessoa que era diretor quando recebemos o Museu. E porque é que o mantemos? Porque no concurso que agora fizemos foi de longe o melhor candidato. É uma pessoa altamente competente. Sabe do Museu de Santa Joana como ninguém em Portugal sabe, ninguém.

Só que também já o estamos a colocar a trabalhar connosco na gestão de outras áreas museológicas. Assim, como já pusemos técnicos de museologia da Câmara de Aveiro a trabalhar a equipa do Museu de Santa Joana, pois com certeza! Tiramos proveito, capacitamos, crescemos, ainda por cima na nossa estrutura orgânica como sabeis, a área da Cultura e a área do Turismo estão na mesma unidade orgânica.

Portanto esta é a nota e a razão de ser e a evolução que fizemos todos. Pessoas do PSD também achavam como vocês que na Cultura é que estava bem. A verdade é que hoje, olhando aquilo que o Estado faz aos seus próprios Museus e olhando aquilo que nós estamos a fazer acho que nós todos estamos de acordo, isso é bom.

Só que, mesmo de algumas garras só nos estamos a ver livres agora. Agora estamos a gerir o Museu e a libertar-nos de garras que foram bem violentas contra isto. E até transversais aos partidos. Do PSD e do PS, transversais. Estamos agora a libertar-nos

delas. Porque isto doeu a muita gente. Porque passar o poder aos outros é de facto uma dor tremenda. E nós vivemos com ela até há dias. Tive a felicidade de na minha reunião de trabalho com a nova Directora, Dr.ª Susana Menezes de receber dela todo o apoio, todo o incentivo. Já há documentos de trabalho que já produziu, já enviou, estamos a andar para a frente. Até que enfim deixámos de ter, em vez de termos um parceiro, tínhamos um problema sério.

E por isso, ainda não podemos sequer adjudicar o projeto para reabilitar o Museu usando o milhão e seiscientos mil euros que contratámos do escrito, mas agora vai tudo em frente. E nós vamos cumprir também essa parte Filipe, tenha a certeza absoluta que assim será num trabalho de parceria com o nosso parceiro Ministério da Cultura, com os seus técnicos de grande qualidade e competência que tem em Coimbra, a trabalhar em equipa, com os técnicos de grande competência e qualidade que a câmara municipal de Aveiro tem. É por aqui que nós vamos prosseguir este caminho."

(Entretanto saiu da sala o Presidente de Junta de Freguesia de São Jacinto, António Augusto Cruz de Aguiar)

Vogal Francisco Picado (PS) — Nos termos do artigo 34.º do Regimento:[043](#)

"O Senhor Presidente insinuou aqui na sua intervenção que fez, porque sou funcionário do Estado (ouvem-se vozes). Foi as palavras do Senhor Presidente. Disse, que fiz um esforço como funcionário do Estado ou do Governo ou seja lá do que for para fazer a intervenção que fiz.

E eu tenho duas coisas a dizer sobre isto. Em primeiro lugar, já não é a primeira vez que o Senhor Presidente invoca pessoalmente a minha condição profissional, mesmo quando não estava nas funções que agora ocupo, para argumentar sobre ou para contra-argumentar sobre intervenções que eu faço nesta Assembleia Municipal. E eu gostaria de perguntar ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, se para ser membro da Assembleia Municipal eleito há alguma restrição do ponto de vista profissional.

Aqui muita gente que tem as mais variadas profissões e eu nunca vi ninguém invocar a qualidade dessas profissões para criticar aquilo que sejam as intervenções.

Se quer criticar as intervenções faça-o por favor dentro daquilo que é a estrita esfera de intervenção.

Segunda questão. Eu felizmente, como sabe, tenho a felicidade ou chamo-lhe o que quiser o Senhor Presidente, de não depender das funções que ocupo neste momento. Tenho liberdade de dizer aquilo que bem entendo e que acho, de acordo com a minha consciência, eu devo fazer.

Aliás, como está provado, como está provado, nós até estamos de acordo, o Senhor Presidente acabou por dizer que uma coisa tem a ver com a classificação do Museu e doutra coisa tem a ver com a gestão do Museu.

Pois foi exatamente isso que eu tentei expressar aqui. É que a gestão do meu ponto de vista pode ser municipal, mas o Museu deve ser classificado como Nacional. E se calhar não divergimos tanto assim. Portanto o que eu lhe peço e já não é a primeira vez que me obriga a isto, não invoque porque não invoco a profissão de ninguém, dentro da Assembleia Municipal, para um qualquer argumento do ponto de vista da discussão política que lhe é feita.

E volto a reiterar-lhe. Tenho a liberdade de dizer aquilo que quero, porque felizmente, como sabe, não dependo da função que ocupo neste momento. E que ocupo com muito orgulho e com muita responsabilidade e sem qualquer tipo de peso na consciência. Quero que estas declarações fiquem em acta."

Presidente da Câmara:⁰⁴⁴

"Francisco Picado, não vou estar muitas vezes com isto. Embora vou explicar-lhe as que forem precisas. Ok. Ponto primeiro. Eu não tenho nada a ver com a sua profissão. Nem com a de ninguém (ouvem-se vozes). Queira sossegar-se, não me parece. Eu ouvi-o em meridiano silêncio e V.Exa ainda não se calou depois de eu retomar da palavra. O que denota instabilidade.

Retomando o meu raciocínio. É a vida. Por mais graça que tenha. Nunca me verão a meter na vida pessoal de ninguém. De nenhum dos Senhores autarcas que comigo partilham a democracia. Nunca na vida. Quero lá saber a vossa profissão, o vosso estado civil, zero virgula zero. Nunca.

Agora, aqueles que de vós sois nomeados pelo Governo para funções de administração pública, ter-me-ão sempre debaixo de olho. Já o disse aqui, repito, que sou contra a lei do país, que permite, que permite, dúvida alguma, que uma pessoa que é governante, que é membro dum gabinete do Governo, que é administrador de uma empresa pública, seja autarca. Eu discordo. A tal independência, a tal autonomia do poder local, devia ter essa absoluta e legal separação. É a minha opinião que é diferente da do Francisco. E é tudo democrático.

Estou a falar de opinião. A lei não tem opinião. A lei é o que é. A lei permite. Eu estou a dizer que discordo. E é por isso que nas minhas equipas nunca verá situação idêntica. Nunca. Porque um Assessor meu, já aconteceu, membro da Assembleia Municipal, para ser meu chefe de gabinete renunciou ao mandato na Assembleia Municipal. É uma questão de princípio.

É como termos muita família ou pouca família no governo. A minha mulher, por ser minha mulher, nunca pode trabalhar comigo na minha câmara. Nunca. São questões de princípio. Não é que os que têm estejam errados, cada um tem os seus princípios.

E, portanto, vocês o Senhor ou o Marques Pereira, que há dias tivemos aqui uma pega parecida, de vez em quando vêm para aqui armados em defensores da honra do Governo. Não é da vossa. Eu acho até que a figura regimental está bem usada. Mas não era a sua, porque como sabe eu não perturbei a sua honra. Como sabe é uma pessoa que estimo e considero ao mais alto nível. A si. Agora nesta componente da sua mistura já não. Temos uma divergência política absoluta.

Eu, no seu lugar, assumia a Administração do Hospital e espero que tenha muito sucesso nela, mas renunciava ao meu lugar de autarca. Era o meu princípio. Era o meu."

Não havendo mais intervenções, o Presidente da Mesa, colocou à votação⁰⁴⁵ Ponto 1 - Apreciação e votação do Processo de Descentralização / Transferência de Competências 2019, alínea a)- Área da Proteção e Saúde Animal, sendo a proposta aprovada por maioria a não-aceitação da transferência de competências no ano de 2019, com vinte e cinco votos a favor (PSD16+CDS6+BE2+PCP1) zero abstenções, onze votos contra (PS10+PAN1).

Continuando, o Presidente da Mesa, colocou à votação⁰⁴⁶ Ponto 1 - Apreciação e votação do Processo de Descentralização / Transferência de Competências 2019, alínea b)- Área da Cultura, sendo a proposta aprovada por maioria, com trinta e três votos a favor (PSD16+CDS6+PS10+PAN1) zero abstenções, três votos contra (BE2+PCP1).

De seguida, o Presidente da Mesa, colocou à votação⁰⁴⁷ Ponto 1 - Apreciação e votação do Processo de Descentralização / Transferência de Competências 2019, alínea c)- Área da Educação (competências intermunicipais), sendo a proposta aprovada por maioria, com trinta e três votos a favor (PSD16+CDS6+PS10+PAN1) zero abstenções, três votos contra (BE2+PCP1).

Para concluir, o Presidente da Mesa, colocou à votação⁰⁴⁸ Ponto 1 - Apreciação e votação do Processo de Descentralização / Transferência de Competências 2019, alínea d)- Área da Saúde (competências intermunicipais), sendo a proposta aprovada por maioria, a não-aceitação da transferência de competências no ano de 2019, com vinte e seis votos a favor (PSD16+CDS6+BE2+PCP1+PAN1) zero abstenções, dez votos contra (PS10).

Seguiram-se as declarações de voto dos seguintes vogais.

Vogal Francisco Picado (PS)⁰⁴⁹

"Senhor Presidente, a minha declaração de voto é a minha intervenção neste ponto."

Vogal João Moniz (BE)⁰⁵⁰

"A minha declaração de voto é a minha intervenção que fiz neste ponto. Muito obrigado."

Ponto 3 – Informação sobre a Atividade Municipal de 19FEV19 a 25MAR19.

(O texto da Informação Escrita do Presidente da Câmara Municipal foi distribuído a todos os membros da Assembleia e faz parte integrante do original desta acta, em anexo).

O Presidente da Mesa deu a palavra ao Presidente da Câmara⁰⁵¹ para fazer a apresentação da Informação Escrita da Atividade Municipal.

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁵²

"Senhor Presidente Muito obrigado. Uma nota apenas de realce de alguns dos aspetos deste período da nossa vida, da atividade da Câmara Municipal. Para realçar também aqueles que escolhi para primeiros pontos da informação.

Em primeiro lugar a inauguração das nossas Unidades de Saúde novas em Aradas e em São Jacinto. Renovadas, os edifícios são os mesmos, apenas com uma vida nova e uma qualidade, enfim, adequada aos tempos modernos, para que os profissionais de saúde e os nossos cidadãos tenham as melhores condições possíveis. O plano de desenvolvimento social para este triénio 2009/2021, que o Conselho Local de Ação Social desenvolveu, discutiu, mais ou menos durante um ano, para podermos ter aprovado esse importantíssimo documento por unanimidade, num exercício que já assume, que já referência de forma clara a descentralização de competências, aquilo que esperamos venham a ser competências assumidas pelo município, aquilo que são objetivos que quisemos assumir com verdade e clareza pública, do passivo enorme, da falta de condição legal da esmagadora maioria dos equipamentos sociais do nosso município e assumir isso como uma prioridade importante, para continuarmos a trabalhar neste triénio que já estamos a viver, para poder obviamente também conferir-lhes a plenitude da legalidade, a plenitude da qualidade, para aqueles que são os profissionais que lá trabalham a cada um deles e obviamente os seus utentes, dos mais pequeninos, bebés, aos mais idosos dos cidadãos.

Uma terceira nota, para além do mais complementada pelo conhecimento hoje mesmo, o acordo que desenvolvemos ao longo do ano passado e também neste primeiro trimestre deste ano, com os nossos Bombeiros. Bombeiros Novos e Bombeiros Velhos.

Tínhamos assumido esse compromisso no quadro do texto, da clausula 5ª dos protocolos de 2018, basicamente, com a ideia que assumimos como compromisso de ao longo do ano, trabalharmos um quadro base, um quadro de pressupostos, onde viessem a assentar de forma estável os protocolos de colaboração entre as duas entidades. Esse trabalho teve um interregno a certa altura, quando se perspetivou que existisse um quadro base novo de financiamento do Governo do país aos bombeiros portugueses, e aí parámos um pouco, porque era importante saber o resultado final disso, para estruturarmos, sabendo que as Câmaras Municipais têm aí um papel complementar ao financiamento, que é gerido pelos governos e obviamente alimentado pelo Orçamento do Estado, mas percebemos que isso afinal não ia dar em nada, como até hoje ainda não deu e obviamente decidimos fechar sem esse quadro este nosso acordo, estes nossos pressupostos que vão então servir de base a aos protocolos de 2020 e 2021. E já servem de base aos protocolos que hoje mesmo assinámos. Dando como nota que hoje deu-se a coincidência de ter sido publicado em Diário da República o Decreto Lei 45/2019, que que é a nova estrutura orgânica da Autoridade de Emergência e Proteção Civil. Isto obedeceu à valorização do papel dos municípios no quadro das comunidades intermunicipais, portanto é assumida a circunscrição intermunicipal e o papel das comunidades intermunicipais como parceiro, nesta importante área da Proteção Civil, embora, obviamente, ficou a nota negativa de continuar a confusão total na reforma que o Governo não acaba, naquilo que são as competências do ICNF, que além do mais tem a sua estrutura orgânica nova, publicada a semana passada em Diário da República e ficámos a conhecer que vamos ter mais uma Corporação de Bombeiros em Portugal, que é a Corporação de Bombeiros do Instituto Nacional da Conservação da Natureza e das Florestas.

Para além da grande Corporação que é hoje a maior corporação de bombeiros do país, que é a da Guarda Nacional Republicana.

E agora, ainda temos mais, para além do ICNF uma nova entidade para gerir a floresta que é AGIF. Portanto está semeada a confusão total neste quadro, em que deviam estar racionalizados os meios por toda esta panóplia de entidades que terão um custo elevadíssimo e em que devia estar de facto racionalizada de toda esta panóplia de entidades contributivas para a boa gestão da proteção civil.

Neste quadro, tivemos que cuidar da nossa responsabilidade e, portanto, realçar esses dois documentos que têm dentro de si, portanto os dois protocolos para 2019 que tem como peça anexa a peça que será também anexa em 2021, garantindo estabilidade num quadro de princípios em que reforçamos o investimento em cerca de 10% na dotação financeira da participação da Câmara no Orçamento dos bombeiros novos e dos bombeiros velhos, basicamente na área do investimento e na área a que passámos a chamar, Equipa de Reforço Operacional (ERO) para que aos fins de semana, fora das horas em que trabalham as equipas de intervenção permanente, que já somos parceiros de financiamento, possamos aumentar, reforçar operacionalmente a capacidade profissional das nossas corporações financiando essas equipas em 50 mil euros cada uma delas, por ano.

E a última nota, obviamente, para voltar a referenciar a formalização, agora que já entrou em vigor, da assunção da nossa responsabilidade de gerir por 20 anos a piscina e pavilhão do IPDJ. Mais popularmente conhecidos como a piscina do Galitos e pavilhão do Alavário.

Portanto dizer-vos que foi feita vistoria já, no dia anterior à assunção da nossa responsabilidade, já estamos a terminar os termos de referência para lançarmos os

concursos para contratar projetista, para imediatamente fazer os projeto de reabilitação, de remodelação total desses dois edifícios e obviamente com o projecto pronto avançarmos para a obra. Assumindo a Câmara os 100% desse investimento que além do mais não é passível de financiamento comunitário, restringindo-se a exceção a essa regra, 200 mil euros que temos para a componente de eficiência energética da piscina que utilizaremos obviamente e continuaremos o trabalho que estamos a desenvolver com a DGTF para virmos a subir em propriedade plena esses dois edifícios, que obviamente vão transitar da responsabilidade do IPDJ, mas mantendo-se na prática a parceria de gestão que temos com o Galitos no que respeita à piscina e com o Alavário no que respeita ao pavilhão.

E além do mais dizer que estamos a trabalhar com esses dois parceiros e assim trabalharemos com esses próprios termos de referência e assim trabalharemos o debate dos projetos e seguramente da execução das obras.

Portanto, é para nós uma operação particularmente importante, num período em que fizemos a apresentação pública, num momento muito simbólico, muito forte, do nosso Aveiro Steam City no quadro de financiamentos, em que estamos a viver com grande sucesso nesta ponta inicial.

Também com o alto patrocínio do São Pedro, visto não se vai manter num tão alto nível nos próximos tempos, a nossa Feira de Março. Apenas lembrar sempre o convite a todos para poderem usufruir dela até ao dia 25.

Nesta fase, em que também preparamos esse grande evento próximo, do nosso município, que gerido em parceria com a Turismo do Centro de Portugal, que é a Maratona da Europa em Aveiro, no próximo dia 28 de Abril.

Prosseguirmos assim a este ritmo de grande ritmo e intensidade nas várias dimensões da Atividade Municipal e obviamente esta informação procura dar as notas principais deste período que vivemos até agora. Muito obrigado."

Membros da Assembleia

Vogal Filipe Guerra (PCP)⁰⁵⁴

Vogal Eduardo Antunes (BE)⁰⁵⁵

Vogal João Moniz (BE)⁰⁵⁶

"Muito obrigado Senhor Presidente. O Bloco de Esquerda também acompanha algumas das preocupações que foram expressas aqui neste ponto relativamente à alimentação que está a ser disponibilizada na escola. Nós gostaríamos de saber o que é que a autarquia tem, que medidas é que a autarquia pretende implementar face ao exposto. O Bloco também tem duas perguntas, na verdade sobre aquilo que está sobre aquilo que tem sido uma actividade continua da Câmara que é a eliminação da iluminação convencional por iluminação LED. Nós temos vindo a receber algumas queixas que a luz em vez de ser amarela é branca. E nós gostaríamos de perceber porquê? Porque é que é feita essa opção. Porque a luz branca é efectivamente mais desconfortável para quem está exposto na via pública. Com esta luz sente-se mais desconforto por vários motivos e nós gostaríamos de saber porquê?

Gostaríamos também de saber por que é que esta alteração ocorreu de forma tão incisiva na zona específica do Bairro de Santiago. Era intenção da autarquia fazer este processo de forma gradual à medida pedida que a iluminação convencional iria perecendo a iluminação iria sendo substituída pela iluminação LED, mas porquê um plano de ação tão radical naquela zona?

Relativamente ao ponto 29. O Bloco de Esquerda gostaria também de tecer alguns comentários. A Câmara Municipal reporta esta atividade ao mesmo tempo que o Presidente da Câmara assina manifestos escritos pela indústria do papel. O Bloco defende

a reflorestação do país e a arborização do espaço público. É uma medida urgente para combater o CO2 que está na atmosfera. Traz benefícios a nível ambiental e melhor qualidade de vida dos cidadãos.

Nós lamentamos que a autarquia embarque em campanhas de lavagem de imagem ao mesmo tempo que assina documentos da indústria do papel, nomeadamente o manifesto "por uma floresta não discriminada". Não podemos à sexta-feira plantar meia dúzia de árvores e depois à segunda estar ao lado da indústria papeleira que tem tido um papel preponderante na monocultura do eucalipto que contribui para as alterações climáticas e na questão concreta dos incêndios e da conservação da biodiversidade.

Queremos também fazer um comentário sobre o ponto 32. Relativamente ao parque de estacionamento da estação. Uma das vertentes do PEDUCA é a mobilidade sustentável e a descarbonização das cidades. Ora segundo o PEDUCA vão ser construídos três parques de estacionamento. O Rossio, esta nas imediações da estação de comboios e o do IPDJ. Chamar a estes dois parques periféricos parece-me de todo descabido. São zonas absolutamente centrais da cidade. E portanto o Bloco de Esquerda considera que uma medida mais importante para contribuir para a descarbonização da cidade seria o investimento em transportes públicos. Isso sim é uma medida que contribui para a descarbonização da cidade e contribui para a mobilidade suave e este parque de forma alguma vão fazer esse contributo. Especialmente comparativamente com o investimento forte como o Bloco de Esquerda defende nos transportes públicos. Muito obrigado."

Vogal Jorge Greno (CDS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[057](#)

"Muito obrigado Senhor Presidente. Acabámos de saber quem vai para Lisboa no comboio das 6 da manhã, deve usar o autocarro e não usar o carro porque é incómodo deixar o carro perto da estação. E ficámos a saber que o Senhor deputado João Moniz de noite não sai no Bairro de Santiago. Porque se ele sáísse devia ver que a Rua de Viseu tem iluminação LED, que no pavilhão de Esgueira há iluminação LED, na Alameda Silva Rocha há iluminação LED, na Avenida Vasco Branco há iluminação LED, etc, etc.

Portanto quando as pessoas querem andar dentro de muros andam dentro de muros. Só que aquilo que veem não é a realidade. Mas cada um é livre de ficar com a sua realidade. É o que temos desta oposição.

Relativamente ao documento que nos é apresentado da atividade municipal o Senhor Presidente já referiu os pontos principais, referia apenas de uma forma sumária o investimento, que é um investimento importante que a Câmara tem de fazer na remodelação das Unidades de Saúde, porque é preciso alugar os contentores, que depois o Estado deixa ficar, em Cacia ficaram meses a fio depois de concluídas as obras, não sei se há mais casos assim, mas é o que temos.

É também importante o protocolo com os Bombeiros. O investimento no pavilhão e na piscina. O aumento dos visitantes nos museus que deve ser agora sustentado. É bom. É sinal que as pessoas visitam Aveiro, mas também visitam os Museus.

E também muito importante a questão da Steam City. Aveiro é o único município português que teve uma candidatura aprovada neste programa. A introdução das novas tecnologias de comunicação, que estão agora a colocar a primeira antena para testes em Lisboa e portanto é bom que Aveiro esteja na linha da frente. E é bom que seja uma candidatura feita pelos serviços da Câmara. Como vimos na apresentação a maior parte das candidaturas apresentadas foi por gabinetes especializados na apresentação deste tipo de candidaturas. A nossa, vencedora, foi feita pelos nossos técnicos e isso merece também um louvor. Disse."

Vogal Pires da Rosa(PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[058](#)

"Muito obrigado Senhor Presidente. O Eng. Ribau estava a falar, que já tinham feito e bem, na parte agora recebido do pavilhão e das piscinas tinham feito o levantamento de algumas das referências e que estávamos em breve, íamos contratar projetista. A pergunta que lhe faço é a seguinte: para que é que vamos contratar o projetista se não temos recursos? É só a pergunta que queria fazer em relação a essa matéria.

Eu hoje até estou razoavelmente bem-disposto. Eu gostei até da intervenção do Senhor Presidente da Câmara, que foi política nesta matéria, nomeadamente a questão dos transportes na primeira parte da sessão. E ouvia a intervenção e lembrava-me das palavras que não ouvimos hoje. Lembra-me, somos pró carro, faz parte da nossa vida, os nossos cidadãos querem andar em viatura privada, é uma opção, mas não somos anticarro. Isto para dizer o seguinte. Em relação a esta questão houve um investimento efetivamente, e o Senhor Presidente disse bem, de que há um investimento em Porto e Lisboa. Eu gostei de ouvir "vamos lá negociar isto para ver se nos eliminam os pórticos" Eu gostei. E tudo o que seja para ajudar esta ideia estou solidário com isto. Mas gostava de dizer que vem alguma verba para cá. Há cerca de 23 milhões para as CIM todas é manifestamente curto, mas também gostava de dizer ao Senhor Presidente de Câmara que a grande maioria arrancou hoje, a acreditar na notícia do Diário de Notícias. 16 já arrancaram e 5 delas é que arrancarão a 1 de Maio.

Depois uma última questão que se prende com a medida ambientalmente sustentável que está pensada para a Feira de Março. Aquilo do copo que se reutiliza e os separadores do lixo para os feirantes. E isso fez-me recordar uma coisa que tem aparecido muito nas redes sociais e que o Senhor Presidente disse aqui quando discutimos o lixo, em relação que havia muito lixo designadamente dos estabelecimentos da Praça do Peixe, que são os próprios bares. E que eles não colocariam o lixo ou não dariam o tratamento a que estavam obrigados.

Das duas uma. Ou se aumenta a fiscalização nessa zona ou não há locais próprios para a colocação. Admito que não tenha conhecimento deles. Mas eu não vejo os sítios ou os locais próprios para os donos dos bares naquela zona tenham para poderem fazer a separação. Acho que isto deve ser pensado, programado, informado, eu não sei se a Câmara já fez esse trabalho ou não e, portanto, deixava-lhe essa questão para o Senhor Presidente responder se assim o entender. E para já era só."

Vogal Ana Maria Seiça Neves (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[059](#)

"Boa noite a todos. Queria fazer aqui algumas questões que me foram apresentadas por municípios e daquilo que consta da actividade municipal.

Congratulo-me com a iniciativa de começar a retirar os carros abandonados que estão na via pública, alguns até por decisões judicial, estão ali no estacionamento que costumamos chamar do Paga Pouco. E portanto é uma forma de retirar carros que apodrecem na via pública e que estão apenas a ocupar lugares de estacionamento.

Gostava de perguntar ao Senhor Presidente, já uma trouxe aqui o problema da Rua onde fica o Tribunal de Família. Qualquer temos lá um moliceiro a fazer alguma regata, tal maneira como aquilo está fica mal. Já sabemos que a obra foi mal feita e que, portanto, estará talvez em tempo de ser reparada. Aquilo basta chover mesmo pouquinho aquilo fica uma verdadeira desgraça.

Outro assunto que eu falo habitualmente e do relatório do Contencioso.

Ora desta vez o relatório Contencioso só traz informação respeitante aos Tribunais Administrativos e Fiscais!? Eu não consegui perceber se a Câmara só tem, de facto, este

número de processos? Se não tem processos cíveis, se não tem processos crime, porque só de vez em quando aparecem! Se acabaram todos era bom que nós soubéssemos. Ou então neste momento a Câmara não tem outros processos tramitam pelos tribunais administrativos e fiscais.

E, finalmente, vou fazer uma pergunta que não sei se revela alguma ignorância, mas da qual me penitencio desde já. E porque não tenho em mim a ideia de que tenho que saber de tudo, mas algumas pessoas ficaram surpreendidas por causa de querer fazer queimadas e dirigiram-se aos bombeiros. Os bombeiros disseram que era melhor dirigiram-se à Câmara. Eu gostava de saber se isso agora passou para a Câmara ou não? Apesar do tempo estar muito instável e ser proibido fazer queimadas nesta altura. Foi a informação que me deram e eu gostaria que o Senhor Presidente me explicasse se é assim ou não."

Vogal Casimiro Calafate (PPD/PSD)⁰⁶⁰

Vogal Glória Leite (PPD/PSD)⁰⁶¹

Vogal Catarina Barreto (PPD/PSD)⁰⁶²

Vogal Ângela Almeida (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁶³

"Muito obrigada Senhor Presidente. Na sua pessoa comprimento toda a assembleia. Eu vou referir-me efetivamente ao segundo ponto desta comunicação. O Plano de Desenvolvimento Social do Município de Aveiro. Penso que este documento, tenho a certeza, foi um pontapé de saída para um importante diagnóstico que era necessário fazer no município.

Ele espelha bem aquilo que é a situação social no concelho. Relevo aqui o facto de ter havido muita participação, nomeadamente da parte dos parceiros neste documento.

A sua apresentação que teve nesta casa, a casa cheia. Portanto, deixar aqui esta nota positiva e também a importância que este documento tem naquele que é o plano de ação do município e de todo o concelho de Aveiro na qual se integram as 10 freguesias.

Deixar aqui esta nota de que é um documento importante, naquele que é o diagnóstico, mas também naquele que é o Plano Estratégico de Intervenção e de Acção do município.

Este documento antevê e espelha bem aquela que é a visão do próprio executivo camarário, pondo mesmo já em evidência a própria descentralização de competências.

Um outro ponto que gostava de referenciar é a preocupação ambiental do executivo, não só na Feira de Março, que é evidente, mas também com a proposta da construção de um Ecocentro, que é algo que o município há muito necessita. E nós Juntas de Freguesia debatemo-nos todos os dias com este problema, quando junto de nós vêm os municípios e agora o que é que eu faço com os resíduos que ficaram da obra que embora seja pequena deixa muitos resíduos. Portanto deixar aqui esta nota também muito positiva acerca desta matéria. Penso que este é o caminho pelo qual fomos eleitos e também o caminho que estamos certos será o caminho de um futuro próspero para o município de Aveiro. Muito obrigada."

Vogal Victor Marques (PPD/PSD)⁰⁶⁴

Vogal Filipe Tomaz (PPD/PSD)⁰⁶⁵

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁶⁶

"Neste ponto gostávamos de nos congratular nesta bancada pela abertura das Unidades de Saude de São Jacinto e Aradas. Estando para breve também São Bernardo e as obras em Oliveirinha. Ficando para o fim Eixo e a definição de uma solução para Requeixo, Nossa Senhora de Fátima, e Nariz.

Nos cuidados de saúde primários fica só o edifício central de Aveiro, um edifício com graves problemas e com falta de uma definição sobre o seu futuro enquanto edifício.

Na Saúde e em Aveiro estamos a aproximar-nos de uma boa situação nos cuidados de saúde primários.

Já na área hospitalar apoiamos a preparação dos terrenos o mais rapidamente possível, dos terrenos do estádio Mário Duarte, para que o Centro Hospitalar do Baixo Vouga ARS e Ministério da Saúde possam e sem demoras, porque aveirenses estão fartos de esperar, pela requalificação do nosso hospital.

Se os terrenos forem preparados e disponibilizados por parte da Câmara Municipal, para este avanço fica feito. E chegamos à altura do outros se assumirem.

Congratular ainda o executivo pela assinatura do protocolo entre a Câmara Municipal e os Bombeiros. Protocolo este por 3 anos, o que veio mostrar que não assumindo a delegação da descentralização, a Câmara Municipal continua a apoiar e bem os nossos Bombeiros.

Desejava também congratular executivo pelo andamento de mais uma Feira de Março. Feira essa que está a ser um êxito. Mantendo bons espetáculos, ambiente no evento sustentável, mantendo o domingo como dia familiar. Ou seja, sem cobrança de bilhete.

Sempre com casa cheia e total segurança para quem nos visita.

Deixar também uma breve referência aos bons resultados dos Museus de Aveiro. Onde este ano teve uma excelência com uma consolidação do seu crescimento em termos de visitantes e de exposições.

Ainda na área da Cultura, não posso deixar de registar e referir que, em relação ao Teatro Aveirense também, pela boa gestão municipal, que teve esta semana duas boas coproduções, distinguidas com prémios pela Sociedade Portuguesa de Autores. O que reflete o cuidado dado por este executivo na área da Cultura.

Referir também, porque nunca é pouco lembrar, o apoio da Câmara Municipal ao projeto de Futebol de Rua. Prosseguindo assim um forte trabalho nesta área de intervenção social. Para terminar desejava também fazer uma breve referência à Maratona da Europa, que foi apresentada na BTL e que se irá realizar nos concelhos de Aveiro e Ílhavo. E que se antevê ser mais uma marca para Aveiro neste ano e no futuro."

Presidente da Mesa⁰⁶⁷

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁶⁸

"Sobre essa matéria Senhor Presidente, dizer que este edifício tem nome. E depois cada um usa como bem quiser em nome da democracia. Ele está assumido como a antiga capitania do Porto de Aveiro. E é muito importante mantermos essa referencia histórica. Por mais que eu, sinceramente, a partir de hoje fiquei com vontade de alterar para "armazém das laranjas". Mas a "laranja" 'não é uma fruta exactamente em boa época e portanto nós vamo-nos manter ao preceito histórico da Capitania. Nunca esquecendo de ser o edifício da actividade da Assembleia Municipal. E não esquecendo que todos os edificios do município são da Assembleia Municipal. Aliás, como se tem verificado com a saída deste órgão ainda recentemente no nosso querido RI10.

Filipe Guerra, dar-lhe nota que há uma coisa que eu nunca farei na minha vida. Discutir problemas sociais de famílias na praça pública. Conhecemos absolutamente bem o problema, e ao Filipe como sempre lhe digo com toda a clareza, tudo o que quiser saber sobre assunto estamos ao seu dispor, mas para que saiba tudo. Não é só a parte que lhe contaram. Nós somos gente que trabalha a área social com todo o cuidado. Aquilo que lhe

disseram e o Filipe é uma pessoa séria, foi seguramente aquilo que partilhou connosco, está muito fora da realidade.

A nossa vereadora, os nossos assistentes sociais, têm uma relação de proximidade com toda a gente. Reúnem com toda a gente. Às vezes há pessoas que lhes interessa não reunir. Não atender o telefone. Não responder às cartas durante muitos meses.

Portanto, nunca me ouviram a mim, nem a nenhum membro nosso, nomeadamente a vereadora que tem essas responsabilidades, a tratar o assunto da família x na praça pública.

Dar-lhe no entanto a nota de que tudo o que quiser saber sobre esse assunto estamos ao seu inteiro dispor. Mas dar nota de que temos tratado já há muito tempo esse caso, como todos os casos com todo o cuidado e com todo o rigor, obviamente num quadro de princípios, num quadro de seriedade e responsabilidade mútua, como não pode deixar de ser.

Em relação à Associação de Pais e à Escola das Barrocas peço cuidada todos pelos que se interessam por esse dossier. Há um problema delicado de interação entre os actores principais, gestores do agrupamento da Escola e da Associação de Pais. Conhecemos muito bem, estamos a trabalhar a matéria. Achamos que não é a praça pública o sítio para tratar os assuntos, obviamente quando ele veio como veio para a praça pública há problemas relacionais, é fácil de mais verificar, mas estamos a trabalhar com os responsáveis do agrupamento, a coordenadora da escola, gente de grande competência para que tudo se trabalhe de forma correta para que a paz entre os parceiros seja um importante instrumento de trabalho, além do mais uma escola que esperamos que entre em obras proximamente e a requalificação da coisa física do edifício seja mais o contributo. Mas é preciso as pessoas cooperarem umas com as outras, saberem ouvir, não proferir sentenças porque ouviram qualquer coisa. E, portanto, é um ambiente positivo e construtivo aquele que sentimos que existe entre quase toda a gente. É preciso e é útil pelo menos que seja toda a gente, não estamos nesse nessa equipa, com a nossa responsabilidade a fazer o nosso trabalho.

Quanto a estas marginalidades do Bloco de Esquerda dizer-vos apenas que, ó Eduardo disse que "passámos a candidatura a privados". Olhe deve ser como a sua roupa que não foi feita por si, nem por entidade pública, foram privados. Ou os seus óculos. Não foi nenhuma empresa pública. Portugal neste momento não tem empresas publicas a fazerem óculos. Ou quando vai cortar o seu cabelo passa o assunto a privados. Essa coisa absurda que vocês dizem de vez em quando não tem pés nem cabeça.

Portanto, nós temos dossiers em tudo o que é actividade municipal em que entidades provadas, sejam elas com fins lucrativos ou sem fins lucrativos que trabalham connosco.

Isso não é passar a privados num sentido pejorativo que aqui nos trouxe.

Isso não é passar a privados no sentido pejorativo que aqui nos trouxe. É que a vida de um país que é uma democracia e uma economia de mercado aberta tem de facto os privados como elementos absolutamente centrais da nossa vida. E as nossas políticas públicas, que nós lideramos tem, obviamente muitas operações privadas com ou sem fins lucrativos que são parte delas. A nossa Cultura tem hoje e terá no futuro muitas empresas privadas, muitas associações privadas a trabalhar neste processo. Mas não vamos passar. A gente aqui não "passa". Nós aqui temos gente a trabalhar num processo que é liderado por nós. Enfim, não sei se acompanho muito processo cultural, mas hoje Aveiro já vai começando a ser conhecido como o município que já trabalha a cultura condições.

O que se quiser que eu seja simpático com alguma gente, num passado já um bocado longínquo, dizer que voltou a trabalhar a cultura condições. Só que agora estamos a trabalhar melhor que nunca. Os nossos Museus a crescer, o Teatro Aveirense com gente como nunca teve, eventos com marcas culturais. A Cultura é de facto um episódio que está

cá e, portanto, o Bloco de Esquerda e que eventualmente como não tem agenda para participar nos episódios de cultura.

Quanto às questões do leads João, nem vou estar aqui a perder tempo com explicações. Recomendo-lhe que estude alguma coisa sobre isso. Mas dizer que a luz lead é uma luz fria na condição física da sua produção e que varia na condição do calor que produz. Há outros elementos, sejam com a utilização de mercúrio ou de iodo que são luzes quentes, porque a fonte da energia é o calor que produzem. Produzem uma luz que é mais quente no calor que emite e, portanto, é um facto objetivo. E não é por causa da cor do lead. Quando usamos leads com cor, ela mantém essa competência de luz fria. Não é a cor que aquece a luz leads.

E, portanto, é a primeira vez que ouvi uma coisa destas. Nós já temos quase 200 luminárias leads por todo o município em muitos sítios. E é por aqui que vamos crescendo. Vamos ter a tecnologia leads instalada de forma crescente. E é porquê? Basicamente por força da eficiência energética. E também esperamos que o sistema leads se qualifique a eles próprios. Enfim já tem qualidade, mas tem muito para crescer. Quem sabe se também nalguma componente da tal relação da cor com o calor. Mas isso está envolvido com os ganhos de eficiência energética e economia financeira e do contributo positivo para o ambiente, que queremos aportar. Olhe, conheço gente que gosta mais da luz branca que a luz cor de laranja. Eu gosto muito mais de luz cor de laranja. Mas estamos a incentivar e vamos continuar a crescer na luz branca leads.

Quanto a estar ao lado da indústria papelreira! Olhe, estamos com muito gosto. Gostamos muito da indústria papelreira. Esperamos que seja forte, continue a se competente e a internacionalizar Portugal e a gerir bem a sua floresta. A única pena que eu tenho é que o Estado não aprenda com a indústria papelreira. Sabe que não há incêndios nas matas da indústria papelreira e são de eucalipto monocultura mas não há incêndio. Porquê? Porque investem nela. Porque lavram os terrenos, limpam os terrenos. A outra que arde em regra não têm os cuidados de investimento. Mas depois a mais descuidada são as matas do Estado. Não sei se tem noção de que é que aconteceu 2017, à nossa dizemos nós, mata nacional que vai aqui do topo Norte do município de Ílhavo até Leiria. Porque é que aconteceu? Porque o Estado deixa para ai. E nessa ainda é daquelas onde ainda fez alguma coisa nos últimos anos. Porque há tanta Mata Nacional que é mesmo mata. O nome está mesmo bem atribuído, porque a quantidade de matagal está no meio das árvores da liderança, nomeadamente o pinheiro, é de facto confrangedor e assustador ou contaminação com as infestantes das acácias que tem um poder calorífico brutal nos incêndios. Se não conhece sugiro-lhe uma visita à Reserva das Dunas de São Jacinto, para verificar o que é uma mata nacional gerida com os pés, costuma dizer na gíria, não gerida. Porque alegam que não há dinheiro, que não há recursos humanos, porque não há uma série de coisas. Claro, um dia chega o fogo e aquela riqueza foi-se. Se aquilo fosse de uma indústria papelreira estaria seguramente diferente. Não temos nada contra, tudo a favor, da indústria papelreira quando faz bem, quando investe, quando cria emprego, quando cria riqueza. Não temos nenhum problema a esse nível. Temos o problema é o Estado a ser incompetente a gerir floresta portuguesa e andar sempre sistematicamente a apagar fogos em vez de impor regras de cogerir e de fiscalizar à séria, anda atrás dos incêndios, a correr atrás dos incêndios, em vez de correr à frente, na boa gestão das nossas manchas florestais.

Quanto ao parque de estacionamento. Vamos obviamente construir estes. O único que é periférico no sentido que referenciou é o da estação. Os outros não têm esse conceito de periférico e não pago. O que referenciou juntou ao IPDJ é para ser uma instalação provisória na medida em que esse terreno vai ficar expectante para as operações de acessibilidade a área ampliada do nosso Hospital Infante Dom Pedro.

Agradecer as notas do Jorge Greno. E o Manuel Prior também o fez à pouco, desta nossa capacidade de ter os nossos Museus a crescer.

E eles estão a crescer pela importância que damos à cultura, mas muito especialmente pela integração do discurso promocional que temos da oferta turística. Nós usamos a nossa cultura como elemento distintivo do território. E obviamente o carácter distintivo dum território é uma peça fulcral, capital no discurso turístico, na oferta turística. É isso que trouxemos de novo para a gestão da Cultura, porque esta componente nunca tinha sido trabalhada desta forma.

Pires da Rosa, projetista porque não temos competências internas. Basicamente, estes dois projetos não têm arquitetura. É no fundo somar as muitas especialidades, para fazermos um projeto. A energia, as condutas de água, a parte acústica, a parte térmica, etc.

E, portanto, temos ali várias especialidades. Para a maior parte, nem sequer técnicos especialistas temos e, portanto, não há volta a dar. Temos que comprar projeto fora. Não temos condição, não temos competência técnica instalada para fazermos este tipo de projeto.

Dar nota também em relação ao resíduos de que estamos a aumentar a fiscalização. Mas uma das apostas principais que estamos a aumentar também, é a recolha porta-a-porta dos materiais recicláveis que são no comércio, aqueles que são mais produzidos. Embalagens, vidro e o papel cartão. Portanto estamos a aumentar esse serviço porta-a-porta, para que não seja preciso espaço público para o acolher e nós possamos por aí ter uma resposta com qualidade a quem é produtor, mas também pois não tem sítio para pôr e, obviamente para o espaço público que não recolhe aqueles materiais, que felizmente pelo lado positivo estão a ser produzidos em maior quantidade dado o desenvolvimento, embora sempre procuramos que também os nossos produtores dêem importância ao R de redução. E que possam também ter estratégias de compra e de gestão e que reduzam a quantidade de materiais produzidos.

Ana Seíça Neves, dar-lhe nota de que não vamos começar a retirar carros. Vamos é continuar a retirar porque já fizemos, e vamos fazer mais uma. Vamos somando e tratando da burocracia para libertarmos os carros e ficar com a posse administrativa deles. Depois agruparemos e fazemos estes procedimentos como este que agora se encontra em desenvolvimento.

Quanto à Rua do Tribunal de Família. Dar hoje duas notícias. Nos próximos dias, não quero dizer mais se não estragam a estratégia de comunicação, estaremos a lançar o concurso público da obra que nós referenciamos com o Largo Luis de Camões ou cinco Bicas como é conhecido, que vem cá até ao cruzamento junto à nossa Avenida de Santa Joana passa à porta do novo Tribunal de Família e Menores, e que entre muitas outras coisas integra uma rede nova de águas pluviais para resolver esse problema. Mas não só. Resolvemos também o problema daqueles passeios de meio metro também. Portanto é uma operação de requalificação urbana total, aquela que vamos lançar concurso público nos próximos dias.

Vamos também lançar concurso público nos próximos dias da tal estrada que a Catarina referenciou à pouco e que vai resolver o problema do cul-de-sac na abordagem ao acesso no centro escolar de Verdemilho e portanto melhorar a fluidez e a segurança. Estaremos nos próximos dias a lançar esses dois concursos públicos. Obra que estivemos a fazer projecto neste passado recente.

Vou verificar se há alguma situação com o Relatório de Contencioso Senhora Doutora. Eu tenho nota que está bem, mas vou verificar se há aí alguma falta e dar-lhe-ei nota se existir.

Quanto às queimadas não temos nota. Estava até aqui a trocar impressões com o Vereador Jorge Ratola, de algum tempo ser nos bombeiros que se tratam das queimadas.

Não temos. Uma coisa é avisar outra é licenciar. Hoje há uma plataforma simples partilhada com a Câmara e Juntas de Freguesia e ICNF, para que as pessoas possam pedir autorização para fazer. E, portanto, os bombeiros é só preciso chamá-los em certas tipologias de queimadas. Mas a parte de licenciamento os bombeiros não têm nada a ver com isso. Existe uma plataforma que foi criada recentemente e que funciona normalmente muito bem e é fácil de manusear.

Quanto à questão das USF já agora pegava para deixar a nota àquilo que disse o Manuel Prior. Esta questão é mesmo prioritária para nós. Resolvemos de início os problemas graves de Cacia e de Esgueira, seguimos agora com esta operação de Aradas e São Jacinto. Estamos neste momento com a parte de São Bernardo pronta. Embora ainda não seja referenciado isso porque ela faz parte da USF de Oliveirinha, onde vai começar a obra com a instalação dos contentores que vêm para São Bernardo para facilitar a logística da USF que não tem recursos humanos nesta fase para ter os dois pólos em funcionamento. E já temos o projecto completo de Eixo. Foi-nos recentemente entregue, está em verificação final, apenas que veio com um valor que é quase o quádruplo do valor que o Ministério da Saúde nos deu. O valor estava claramente errado e agora veio com o quádruplo do valor base deles e agora estamos a tratar das afinações.

A USF de Requeixo/Fátima/Nariz ainda não está. Mas já disse isso, a Câmara está pronta para assumir essa responsabilidade. Fazer projecto arranjar terreno, fazer obra, enfim. Queremos que o Ministério da Saúde faça apenas duas coisas: uma que arranje fundos comunitários para a participação das obras; segunda assuma o compromisso de lá colocar os profissionais para trabalhar a tempo inteiro, dando cumprimento à necessidade e não áquilo que temos actualmente que ter Médico de vez em quando. Portanto é fundamental o Ministério da Saúde assumir esse compromisso. Quando for capaz nós estamos prontos.

E Aveiro! Estamos preocupadíssimos com Aveiro. Agora que demos a volta ao município e que estamos em vias de termos toda a servidão do município a este nível pronta, é preciso tratar do Centro de Saúde da Cidade.

O edifício é mau. Tem um conjunto de patologias graves. É o único Centro de Saúde do mundo circundado por uma rua de utilização pública e, portanto, precisa de uma volta total. Eu por mim construía um novo, porque o dinheiro que se vai gastar naquilo para o pôr a cem por cento é idêntico ou talvez até mais que uma unidade de raiz.

Já apresentámos essas propostas ao ministério da saúde e estamos a conversar a ver se o Ministério é também capaz de assumir compromissos para assumir isso.

Glória Leite, como sabe a Escola José Estevão é nossa parceira. Está escrito nos documentos, como não poderia deixar de ser. O Ministério desonra às vezes as suas escolas como sabe. A Câmara não desonra as suas escolas, mesmo aquelas que são do Ministério da Educação.

É por isso que defendo há muitos anos que Portugal faça o que o Canadá fez há muitas décadas, acabe com o Ministério da Educação. Coloque-o só a tratar da definição programática e da orientação pedagógica. No Canadá o Ministério da Educação tem 80 funcionários. E nós nas Câmara tratamos das Escolas com os Directores e com os Agrupamentos, porque conhecemos mais disto que os funcionários que estão lá nos prédios em Lisboa.

Mas como a maré continua ser muito condicionada pela extrema-esquerda em matéria de educação, vamos manter-nos felizes, malgrado a contestação dos professores do país e dos Directores que afinal não têm autonomia nenhuma porque não têm comando de orçamento de coisíssima nenhuma, A contratação dos professores que vai sendo condicionada como vai sendo, etc, etc.

Quanto a todas as outras notas estamos em linha neste processo de crescimento, de transversalidade, para que os vários projectos, como o Aveiro Steam City, tem tudo a ver com escolas. O que apresentámos hoje publicamente do Eduq para elevarmos o nosso combate ao abandono escolar e da promoção do sucesso educativo.

Agradecer as outras notas da Catarina Barreto e da Ângela Almeida. A aposta no Ecocentro é uma aposta importante. Estamos a tratar do projecto ali paredes meias com o nosso canil, para que esse projecto siga bem.

Agradecer as referências do Filipe Tomás ao relatório do FAM. Prosseguimos o cumprimento com elevado nível de qualidade da execução do nosso programa e assim vai continuar a ser. Esperemos que para a semana corra bem a hasta pública de venda de património para podermos dar mais uma machada a sério na nossa dívida e podermos cumprir aqui o nosso objectivo de conseguirmos antecipar e mais um ano a chegada ao equilíbrio de 1.5 no rácio da nossa dívida com a nossa receita.

Queria também deixar nota de duas questões que deixe do período de antes da ordem do dia.

Para dar nota de que estamos muito atentos à linha do Vouga. Saudamos a CP porque continuar a activar o combóio histórico. Estamos tranquilos com o comboio em relação áquilo que são os potenciais riscos de incêndios. A CP tem técnicos da maior competência a tratar da locomotiva. Queremos é nós próprios Câmara de Aveiro, sermos melhores parceiros deles para tirarmos proveito dessa oferta turística muito distinta e especial que é o comboio histórico da linha do Vouga ou como lhe chamamos o "vouguinha".

Mas não seguimos o exemplo de Espinho e de Oliveira de Azeméis. Porque o que ai está em causa, não é dito, mas nós sabemos, é a extensão do metro do Porto.

Nós queremos mesmo uma linha férrea qualificada na extensão Aveiro/Águeda. Que nada tem a ver com a ligação que vai para norte em Albergaria. Essa operação tem a ver com o Metro do Porto. E eu percebo os meus colegas que têm que lhe chamar assim para ver se conseguem jogar o jogo do metro do porto. Porque o metro do porto ficou pelo Porto incluído Gaia. A malta de Aveiro ficou a ver passar os comboios do metro. E agora têm aqui uma estratégia de pegarem na linha do Vouga, e acho que está muito bem velada, mas temos aqui uma estratégia. Estamos a falar da ligação do metro do Porto. Não estamos a falar da linha como a nossa, que é uma linha viável a ligar Aveiro/Águeda e que tem condição de ser qualificada e de tirar muitos automóveis da ligação Aveiro/Águeda para estreitarmos as ligações dos nossos hospitais, da nossa Universidade que também tem pólo em Águeda, de muita gente que vive em Aveiro e trabalha em Águeda e vice-versa. E esta ligação ferroviária qualificada com um investimento baixo pode ser muito mais atractiva para muito mais gente e esse é um episódio absolutamente central. Até temos até investidores privados interessados na operação.

E outra nota em relação áquilo que disse o Manuel Prior, respeitante à nossa estrada N237 que liga São Jacinto à Torreira, tivemos mais um sustinho naquela zona onde já tínhamos tido um abatimento á séria. Estamos todos atentos, Câmara, GNR e especialmente o IP que tem estado atento e zeloso, mas obviamente é preciso investir com muito dinheiro para definitivamente darmos toda a solidez àquele arruamento para não andarmos com o coração nas mãos.

É preciso também que o Ministro Centeno liberte o concurso da adjudicação que está retido nas suas mãos ou do seu Ministério, para que o IP possa executar a obra de requalificação em Mamoadeiro. O primeiro troço porque dividiram aquilo em duas partes. Mas se o fizerem já é um bom contributo. Vai basicamente do nó da autoestrada A1 à rotunda que dá acesso à estação de tratamento mecânico biológico. É este troço que está em causa e, portanto, que as Finanças deixem de fazer este exercício que já toda a gente percebeu que é segurar o défice cativando a despesa.

Também a obra de eficiência energética do nosso hospital está lá há quase dois anos. E tem financiamento comunitário, mas também está quase há dois anos. Esta está lá não há tanto tempo, mas precisamos que o Ministro das Finanças faça uma gestão financeira diferente desta e que permita utilizar uma parte dos 71 mil milhões de euros de impostos que os portugueses pagam, para que possamos tratar de maleitas como estas, tão importantes no nosso hospital, tão importantes na nossa N235. Não está pendurado nenhuma adjudicação na ligação na N237, não é isso que está em causa, é para já assunção pelo IP de que é preciso um grande projecto de qualificação de consolidação daquela estrada que também tem uma função de dique, dada a sua relação com o Canal de Ovar da Ria de Aveiro, e obviamente, isso precisa de um projecto integrado para que tenha fortalecimento. Porque se não a natureza vai fazendo o seu desgaste e de vez em quando vamos ter sustos. Oxalá sejam sempre ligeiros como os que temos tido. Mas enfim, se não formos previdentes o risco de um dia termos um problema mais sério obviamente vai aumentando. E nós não queremos isso. Nenhum de nós quer que isso aconteça. Muito obrigado."

Não havendo mais intervenções, nos termos do número 3 e 4, do artigo 57.º, do Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 setembro, o Presidente da Mesa da Assembleia colocou à deliberação do plenário a aprovação em minuta da ata respeitante a esta reunião, não se verificando oposição.

Depois de lida, a acta em minuta foi colocada à discussão⁰⁷⁰ não se verificando intervenções.

Submetida à votação, foi aprovada por unanimidade, cujo texto se anexa, fazendo parte integrante da presente acta.

De seguida o Presidente da Mesa deu por encerrada a primeira reunião da Sessão Ordinária de Abril, informando que os trabalhos da sessão, nos termos regimentais, continuam no dia 05ABR19 (sexta-feira).

Eram 00:15 horas do dia 02 de Abril de 2019.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva reunião da sessão, nos termos do disposto no artigo 45.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Manuel Cartaxo, responsável da subunidade da estrutura orgânica de Apoio ao Presidente e à Assembleia Municipal, que a elaborei nos termos legais.

(3:45)